

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO
AUTÓNOMA DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO E PARECER

CONTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DO ANO DE 2015

PONTA DELGADA
FEVEREIRO DE 2017

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	545 Proc. n.º 109
Data	07/02/15 N.º 181 X



Índice

TRABALHOS DA COMISSÃO.....	3
1.º CAPÍTULO - ENQUADRAMENTO JURÍDICO.....	3
2.º CAPÍTULO - APRECIÇÃO NA GENERALIDADE.....	4
3.º CAPÍTULO - APRECIÇÃO NA ESPECIALIDADE.....	5
1.º APRECIÇÃO NA ESPECIALIDADE:.....	5
a) <i>Receita</i>	5
Quadro 1 - Receitas.....	5
Quadro 2 - Receita do subsector da Administração Regional direta (2013-2015).....	6
Quadro 3 - Composição da Receita Própria.....	6
Quadro 4 - Receita Fiscal da Administração Regional direta.....	7
Quadro 5 - Evolução dos Principais Impostos (2012-2015).....	7
Quadro 6 - Outras Receitas.....	8
Quadro 7 - Transferências.....	10
Quadro 8 - Passivos Financeiros.....	11
b) <i>Despesa</i>	11
Quadro 9 - Despesa do Sector Público Administrativo Regional.....	11
Quadro 10 - Evolução da Despesa da Administração Regional Direta por funções.....	13
Quadro 11 - Pagamentos efetuados pela Administração Regional Direta.....	14
Quadro 12 - Despesa Administração Regional Indireta.....	15
c) <i>Operações Extraorçamentais</i>	16
Quadro 13 - Movimento das Operações Extraorçamentais.....	16
Quadro 14 - Operações extraorçamentais da Administração Pública Direta.....	16
d) <i>Plano de Investimentos</i>	17
Quadro 15 - Execução Financeira do Plano.....	17
e) <i>Dívida Pública e outras responsabilidades</i>	18
Quadro 16 - Dívida Financeira.....	18
Quadro 17 - Dívida não Financeira.....	19
Quadro 18 - Avals.....	20
Quadro 19 - Cartas Conforto.....	21
f) <i>Património</i>	21
Quadro 20 - Bens Patrimoniais.....	22
Quadro 21 - Ativos - Composição da Carteira.....	22
Quadro 22 - Entidades controladas pela RAA.....	23
Quadro 23 - Participações financeiras da RAA.....	24
g) <i>Fluxos Financeiros transferidos pela Administração Regional Direta</i>	25
h) <i>Fluxos Financeiros recebidos pela Administração Regional Direta</i>	25
i) <i>Fluxos Financeiros transferidos pelos Serviços e Fundos Autónomos</i>	25
j) <i>Fluxos Financeiros transferidos pelas Entidades Públicas Reclassificadas</i>	26
k) <i>Fluxos Financeiros com a União Europeia</i>	26
2.º RECOMENDAÇÕES.....	26
3.º PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES.....	29
4.º CAPÍTULO - CONCLUSÃO E PARECER.....	30

Índice de Ilustrações

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DA RECEITA (2013 - 2015).....	6
GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS IMPOSTOS.....	8
GRÁFICO 3 - OUTRAS RECEITAS.....	9
GRÁFICO 4 - TRANSFERÊNCIAS.....	10
GRÁFICO 5 - DESPESAS CORRENTES (MILHÕES DE EUROS).....	12
GRÁFICO 6 - DESPESAS.....	12
GRÁFICO 7 - DESPESAS DE CAPITAL (MILHÕES DE EUROS).....	13
GRÁFICO 8 - EVOLUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES.....	14
GRÁFICO 9 - PAGAMENTOS EFETUADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA 2012-2015.....	15
GRÁFICO 10 - DESPESA DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL INDIRETA.....	16



TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 8 de fevereiro de 2017, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, a fim de analisar e dar parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2015, tendo em consideração o respetivo parecer emitido pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas e das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

O Relatório relativo ao Sector Empresarial Regional fará parte do presente documento, conforme a legislação em vigor.

1.º CAPÍTULO - ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Compete à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos do n.º 1 do artigo n.º 232.º e da alínea p) do n.º 1 do artigo n.º 227.º da Constituição da República Portuguesa, bem como da alínea b) do n.º 1 do artigo 42.º do Estatuto Político - Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovar as Contas da Região Autónoma dos Açores.

Segundo o Decreto Legislativo Regional n.º 25/2011/A de 28 de outubro de 2011, a Comissão Permanente de Economia, deverá elaborar um Relatório sobre o Sector Empresarial Regional, a anexar ao seu relatório e parecer sobre a Conta da Região.



2.º CAPÍTULO - APRECIACÃO NA GENERALIDADE

Encontra-se em apreciação a Proposta de Resolução n.º 18/2016, apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governo Regional relativa à Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2015.

A referida Conta teve por base a execução do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2015 aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2015/A, de 7 de janeiro e posto em execução pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2015/A de 13 de fevereiro.

A Conta da Região Autónoma dos Açores de 2015 foi aprovada em Conselho de Governo por Resolução de 20 de junho de 2016, deu entrada na Assembleia no dia 29 de Junho de 2016, tendo sido remetido à Comissão de Economia no 7 de julho de 2016.

O parecer do Tribunal de Contas foi enviado a esta Comissão em 21 de dezembro de 2016.

Após parecer do Tribunal de Contas, foram remetidos os pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para a Comissão Permanente de Economia, ficando assim reunidos os elementos necessários à elaboração do presente relatório e parecer.

Posteriormente, a Comissão Permanente de Economia, irá elaborar o Relatório sobre o Sector Empresarial Regional, o qual será anexado ao presente relatório.

**3.º CAPÍTULO - APRECIACÃO NA ESPECIALIDADE****1.º. APRECIACÃO NA ESPECIALIDADE:****A) RECEITA**

A Receita Consolidada, do Sector Público Administrativo Regional (excluindo Operações Extraorçamentais), em 2015, atingiu o valor de 1.570,2 milhões de euros, registando um aumento de 304,1 milhões de euros (+24%) relativamente a 2014. Essa receita é constituída, essencialmente, por receitas fiscais, transferências e passivos financeiros.

Quadro 1 - Receitas

Capítulos	Administração Regional Direta	Administração Regional Indireta			Sector Público Administrativo Regional
		Serviços e Fundos Autónomos (SFA)	Entidades Públicas Reclassificadas (EPR)	Total	
Impostos diretos	224 902 016				224 902 016
Impostos indiretos	395 147 027				395 147 027
Contribuições SS, CGA e ADSE	10 056 308				10 056 308
Taxas, multas e outras penalidades	7 912 645	10 077 963	422 142	10 500 104	18 412 749
Rendimentos da propriedade	4 280 675	3 547	4 960	8 507	4 289 181
Transferências correntes	179 259 793	148 685 738	227 544 895	376 230 633	256 453 648
Venda de bens e serviços correntes	1 185 374	7 132 107	21 292 787	28 424 894	29 599 544
Outras receitas correntes	737 848	6 784 459	644 097	7 428 556	8 166 404
Receitas Correntes a)	823 481 686	172 683 814	249 908 879	422 592 694	947 026 877
Venda de bens de investimento	507 291	-	152 144	152 144	659 434
Transferências de capital	151 534 907	62 669 349	33 650 379	96 319 728	159 460 746
Ativos financeiros	206 484	76 560	139 241 859	139 318 420	139 524 904
Passivos financeiros	69 000 000	300 000	239 734 432	240 034 432	309 045 156
Outras receitas de capital	424 409	1 789	419 312	421 100	845 509
Receitas de Capital b)	221 673 091	63 047 698	413 198 126	476 245 824	609 535 750
Reposições não abatidas nos pagamentos	2 017 595	88 257		88 257	2 105 852
Saldo da gerência anterior	15 232	-	11 546 124	11 546 124	11 561 356
Outras Receitas c)	2 032 827	88 257	11 546 124	11 634 381	13 667 208
Receita Total a+b+c	1 047 187 603	235 819 769	674 653 129	910 472 899	1 570 229 834

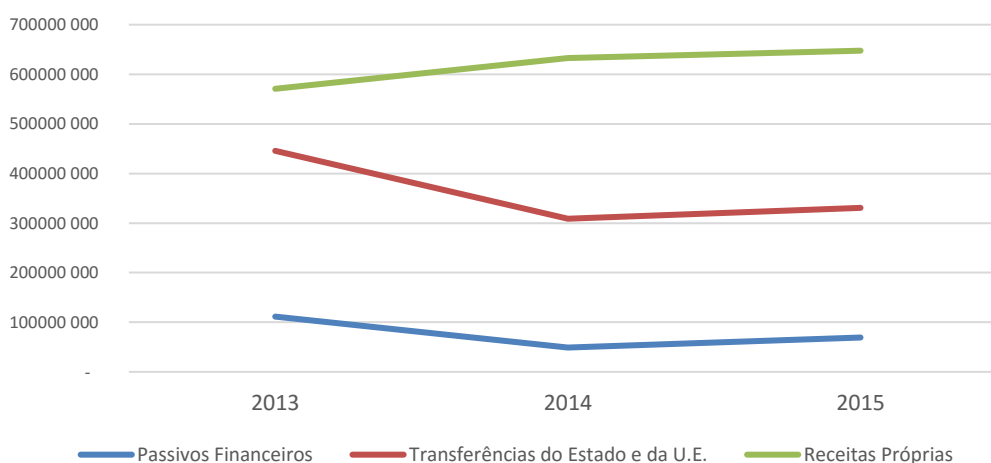
a) valor não resulta da soma as transferências correntes e as de capital, porque são deduzidas as transferências intra-internas.

As receitas foram repartidas pela Administração Regional Direta, cujo montante atingiu os 1.047,2 milhões de euros, e pela Administração Regional Indireta, no valor de 910,5 milhões de euros.

**Quadro 2 - Receita do subsector da Administração Regional direta (2013-2015)**

	Euro		
	2013	2014	2015
Passivos Financeiros	111 430 000	49 000 000	69 000 000
Transferências do Estado e da U.E.	445 671 752	308 805 563	330 581 596
Receitas Próprias	570 779 146	632 551 465	647 606 007

É de assinalar, em 2015, o crescimento de 2% das Receitas Próprias, para 647,6 milhões de euros, bem como dos Passivos Financeiros, mais 41%, e das Transferências do Estado e da U.E, mais 7%, face ao ano anterior. Comparativamente ao ano de 2014, a Conta da Região contabiliza mais 56,8 milhões de euros, o que representa um aumento de 6%.

Gráfico 1 - Evolução da Receita (2013 - 2015)

Por sua vez, verificamos que as Receitas Fiscais, no valor de 620,0 milhões de euros, representam cerca de 95,78% do total das Receitas Próprias, enquanto as Outras Receitas representam 4,22%.

Quadro 3 - Composição da Receita Própria

Receita Própria	Euro e %	
	Receita contabilizada	%
Receita Fiscal	620 049 043	95,78
Outras Receitas	25 104 550	3,88
Ativos Financeiros	206 484	0,03
Reposições não abatidas nos pagamentos	2 017 595	0,31
Saldo da gerência anterior	15 232	0,00
Total	647 392 903	100,00

O total das Receitas Próprias em 2015 permitiu assegurar cerca de 97,4% das Despesas de Funcionamento, o que tem permitido consolidar a autonomia financeira da Região Autónoma dos Açores.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Os Impostos Diretos, no valor de 224,9 milhões de euros (36,27% do total), são constituídos, sobretudo, pelo IRS e IRC, que representam, respetivamente, 29,31% e 6,96% do total da Receita Fiscal.

Os Impostos Indiretos, num total de 395,1 milhões de euros (63,73% da Receita Fiscal), são constituídos, essencialmente pelo IVA (276,6 milhões de euros), o ISP (49,4 milhões de euros) e o Imposto sobre o Tabaco (35,9 milhões de euros) e o Imposto de Selo (19,1 milhões de euros).

Quadro 4 - Receita Fiscal da Administração Regional direta		
	Euro e %	
Receita Fiscal	Valor	%
IRS	181 742 958	29,31
IRC	43 153 779	6,96
Imposto sobre sucessões e doações	-	-
Imposto de uso, porte e detenção de armas	-	-
Impostos diretos diversos	5 280	0,00
Total Impostos Diretos	224 902 016	36,27
ISP	49 416 292	7,97
IVA	276 585 589	44,61
Imposto sobre veículos	5 022 259	0,81
Imposto sobre o tabaco	35 857 721	5,78
Imposto sobre o álcool e bebidas alcoólicas	5 278 580	0,85
Imposto selo	19 090 540	3,08
Imposto único de circulação	3 730 492	0,60
Impostos indiretos diversos	165 554	0,03
Total Impostos Indiretos	395 147 027	63,73
Total Receita Fiscal	620 049 043	100,00

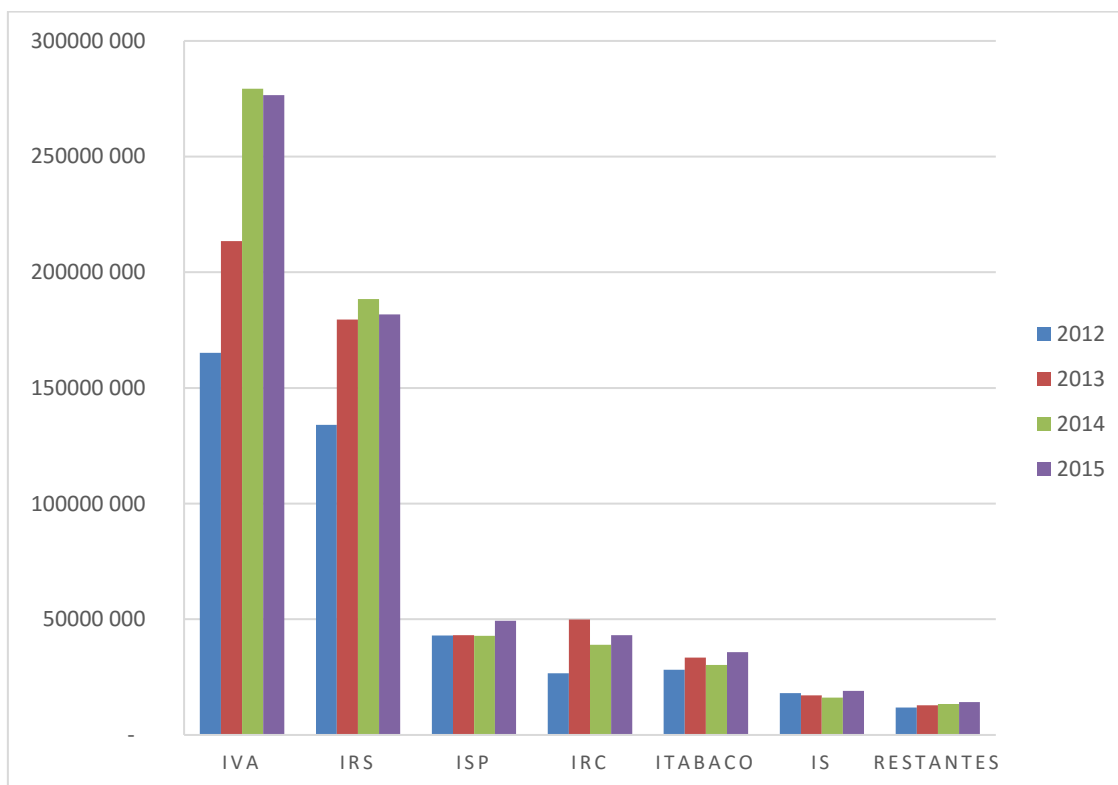
No que se refere à evolução dos principais impostos, é de destacar o aumento, em 2015, do ISP em 6,6 milhões de euros, do Imposto sobre o Tabaco em 5,6 milhões de euros e do IRC em 4,2 milhões de euros. Ao invés, destaca-se a redução verificada no IRS, em 6,7 milhões de euros, bem como do IVA, em cerca de 2,8 milhões de euros.

Quadro 5 - Evolução dos Principais Impostos (2012-2015)				
	Euro			
IMPOSTOS	2012	2013	2014	2015
IVA	165 206 872	213 491 780	279 357 461	276 585 589
IRS	133 995 778	179 575 642	188 423 714	181 742 958
ISP	42 929 139	43 141 494	42 861 534	49 416 292
IRC	26 615 872	49 932 143	38 934 901	43 153 779
ITabaco	28 150 156	33 419 201	30 220 409	35 857 721
ISelo	18 134 630	17 174 239	16 117 465	19 090 540
Restantes	11 851 338	12 768 479	13 398 727	14 202 165
Total	426 883 785	549 502 978	609 314 211	620 049 043



Numa análise mais alargada, entre os anos de 2012 e 2015, as receitas com o IVA aumentaram 111,4 milhões de euros, cerca de 67%, representando, em 2015, quase 45% do total das receitas fiscais. Este aumento verificado no IVA resulta das alterações procedidas para o método de “capitação”, que permitiu compensar parcialmente as reduções das Transferências.

Gráfico 2 - *Evolução dos Principais Impostos*

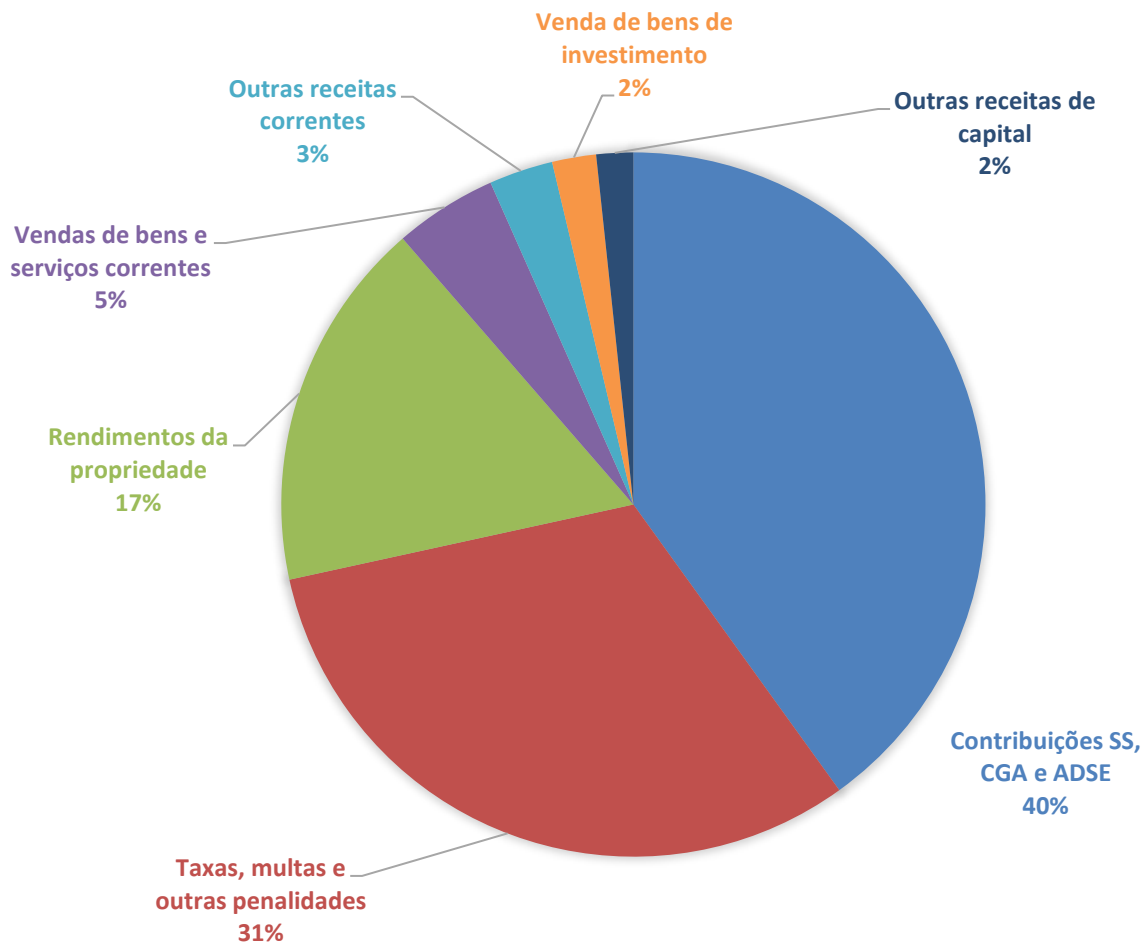


Nas Outras Receitas, no valor de 25,1 milhões de euros, destacam-se as contribuições para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE, com 40,06%, e as taxas, multas e outras penalidades, com 31,52% do total.

Quadro 6 - Outras Receitas		
	Euro	
Outras Receitas	Valor	%
Contribuições SS, CGA e ADSE	10 056 308	40,06
Taxas, multas e outras penalidades	7 912 645	31,52
Rendimentos da propriedade	4 280 675	17,05
Vendas de bens e serviços correntes	1 185 374	4,72
Outras receitas correntes	737 848	2,94
Venda de bens de investimento	507 291	2,02
Outras receitas de capital	424 409	1,69
Total	25 104 550	100,00



Gráfico 3 – Outras Receitas



As Transferências, num total de 330,8 milhões de euros, provenieram, sobretudo, do Orçamento do Estado (76%) e da União Europeia (24%).

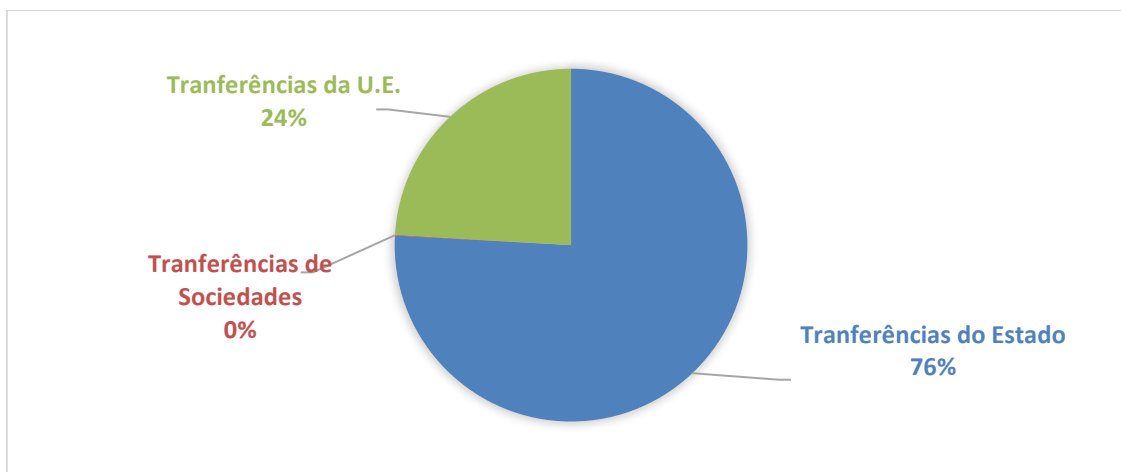
As Transferências do Orçamento do Estado atingiram o montante de 251,0 milhões de euros, das quais, as transferências ao abrigo do Princípio da Solidariedade, com 179,3 milhões de euros, e as do Fundo de Coesão, com 71,7 milhões de euros.

Nas Transferências da União Europeia, no montante total de 79,6 milhões de euros, assume maior importância a verba proveniente do FEDER, com 64,4 milhões de euros, bem como a verba do F.COESAO, no valor de 12,5 milhões de euros.



Quadro 7 - Transferências	
Euro	
Transferências	Valor
Estado	
Princípio da Solidariedade	179 259 793
Fundo de Coesão	71 703 917
Realojamento	-
Sub-total	250 963 710
Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
Privadas	213 105
Sub-total	213 105
União Europeia	
FEDER	64 430 842
FCOESAO	12 510 048
FEADER	557 260
FEP	2 119 736
Sub-total	79 617 886
Total	330 794 700

Gráfico 4 - Transferências



Os Passivos Financeiros, no ano de 2015, registados na Conta da Região Autónoma dos Açores são de 69 milhões de euros, que se referem a dois empréstimos, um de 19 milhões de euros destinado ao refinanciamento da dívida direta e outro empréstimo de 50 milhões destinado ao financiamento do Plano de Investimentos.

**Quadro 8 - Passivos Financeiros**

Euro

Empréstimos	Destino
19 000 000	Refinanciamento da dívida direta
50 000 000	Financiamento de Investimentos do Plano
69 000 000	Total dos passivos financeiros registados

B) DESPESA

A Despesa Global Consolidada, do Sector Público Administrativo Regional (excluindo Operações Extraorçamentais), em 2015, atingiu o valor de 1.563,9 milhões de euros, registando um aumento de 23% (297 milhões de euros) relativamente a 2014.

Quadro 9 - Despesa do Sector Público Administrativo Regional

milhões de euros

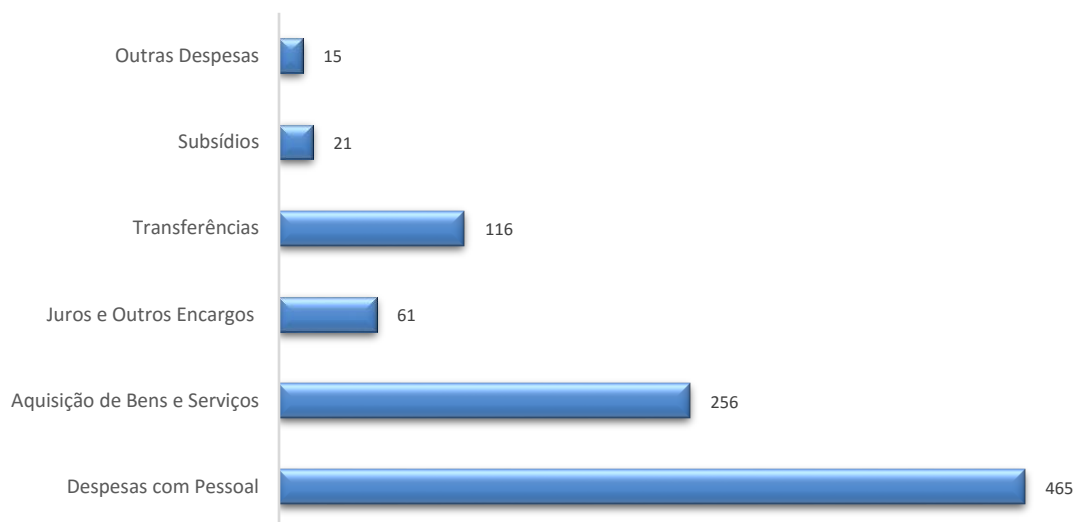
Designação	Administração Regional Direta	Serviços e Fundos Autónomos	Entidades Públicas Reclassificadas	Sector Público Administrativo Regional (consolidado)
<i>Despesas Correntes</i>				
Despesas com Pessoal	306,2	61,6	97,2	465,0
Aquisição de Bens e Serviços	53,3	80,9	121,9	256,1
Juros e Outros Encargos	14,1	1,5	45,3	60,9
Transferências	350,3	64,3	-	115,6
Subsídios	3,5	17,80	-	21,3
Outras Despesas	11,1	0,20	3,7	15,0
Total Despesas Correntes	738,5	226,30	268,1	933,9
<i>Despesas de Capital</i>				
Aquisição de Bens	43,1	2,10	5,4	50,6
Transferências	246,1	2,10	21,1	181,0
Ativos Financeiros	-	0,10	168,7	168,8
Passivos Financeiros	19,1	0,10	207,2	226,4
Outras Despesas	0,1	-	3,0	3,1
Total Despesas de Capital	308,4	4,4	405,4	629,9
Total da Despesa	1 046,9	230,70	673,5	1 563,8
Despesa Efetiva (1)	1 027,8	230,50	297,6	1 168,6
Despesa Primária (2)	1 013,7	229,00	252,3	1 107,7
Despesa Corrente Primária (3)	724,4	224,80	222,8	873,0
<i>(excluindo as operações extraorçamentais)</i>				
(1) - Total da Despesa menos os Ativos Financeiros e os Passivos Financeiros				
(2) - Despesa Efetiva menos os Juros e Outros Encargos				
(3) - Despesa corrente menos os Juros e Outros Encargos				



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

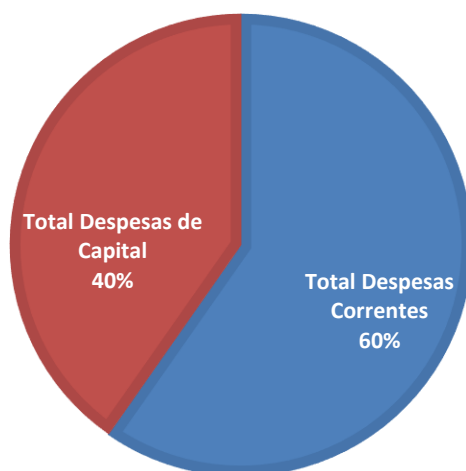
Nas Despesas Correntes, em 2015, destacam-se os 465,0 milhões de euros de Despesas com o Pessoal, que representam 49,8% do total destas, e os 256,1 milhões de euros referentes à Aquisição de Bens e Serviços, que equivaleram a 27,4% deste agregado.

Gráfico 5 – Despesas Correntes (milhões de euros)



As Despesas de Capital, no valor de 630,0 milhões de euros, representaram 40% da Despesa Total, enquanto as Despesas Correntes, com 933,9 milhões de euros, representaram 60%.

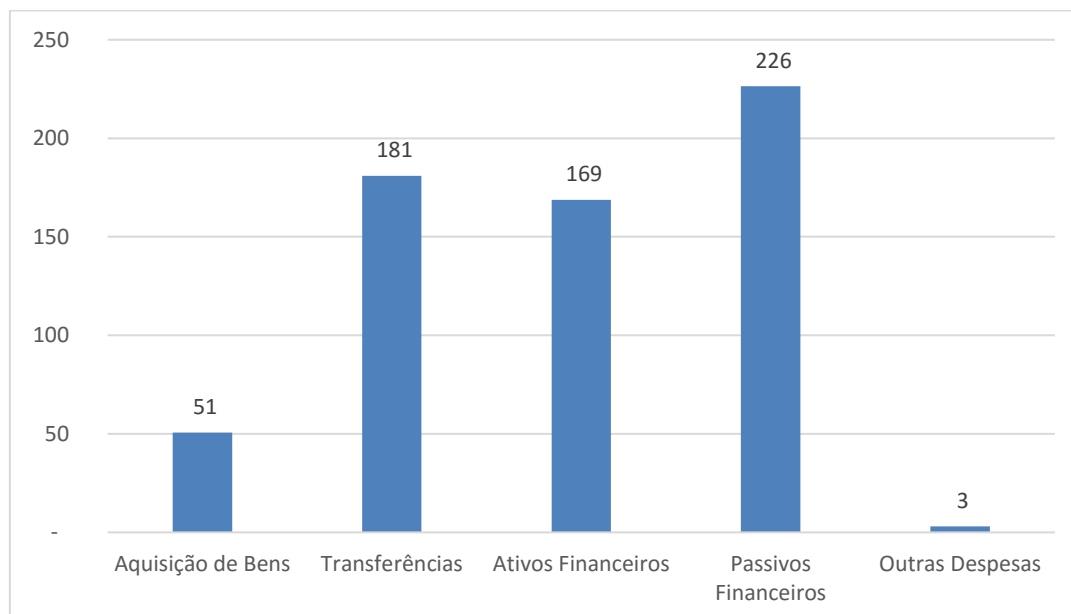
Gráfico 6 - Despesas





Quanto às Despesas de Capital é de realçar o valor dos Passivos Financeiros, que absorvem 35,9% do total, seguindo-se as Transferências, com 28,7% e os Ativos Financeiros, com 26,8%.

Gráfico 7 - Despesas de Capital (milhões de euros)



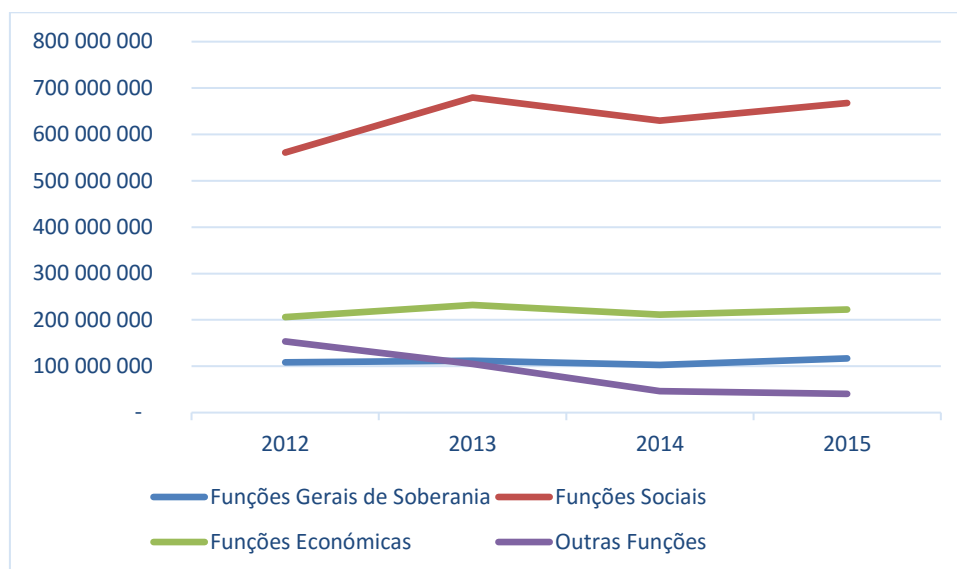
A Despesa Efetiva (total das despesas menos os ativos e passivos financeiros) atingiu o valor de 1.168,6 milhões de euros, mais 88,1 milhões de euros do que o registado em 2014, o que corresponde a mais 8%, face ao ano anterior. A Despesa Primária (despesa corrente menos os juros e outros encargos) registou 1.107,7 milhões de euros, mais 9% do que no ano anterior.

Quadro 10 - Evolução da Despesa da Administração Regional Direta por funções					
	<i>(excluindo as operações extraorçamentais)</i>				Euro
	2012	2013	2014	2015	
Funções Gerais de Soberania	108 415 357	111 594 000	102 793 107	116 886 425	
Funções Sociais	560 851 895	679 467 733	629 962 999	667 564 103	
Funções Económicas	205 969 130	232 113 511	211 287 488	222 163 220	
Outras Funções	153 549 225	104 667 305	46 298 201	40 409 538	
Total	1 028 785 607	1 127 842 549	990 341 795	1 047 023 286	

Analisando o quadro anterior e o gráfico seguinte, podemos constatar que tem existido ligeiras variações nas diversas áreas funcionais, onde se destaca o aumento, entre 2012 e 2015, dos custos em Funções Sociais e o decréscimo significativo dos custos referentes às Outras Funções.



Gráfico 8 – *Evolução da Despesa por Funções*



As Funções Sociais, com 63,8% do total da despesa, representam a maior proporção dos gastos da Administração Pública Regional, onde se incluem a Saúde (324,4 milhões de euros) e a Educação (252,0 milhões de euros).

Seguem-se, em termos de representatividade, as Funções Económicas, onde se incluem a agricultura, as pescas, os transportes e comunicações, com 21,2%, seguido das Funções Gerais de Soberania, com 11,2%, restando 3,9% para as Outras Funções.

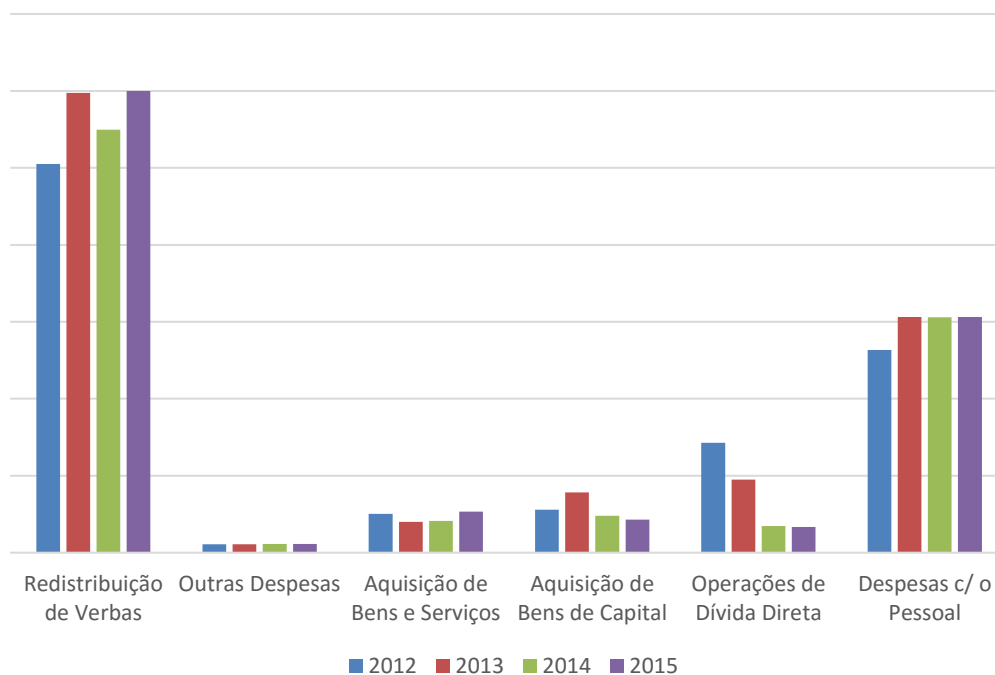
Quadro 11 - Pagamentos efetuados pela Administração Regional Direta

Agrupamentos Económicos	Euro			
	2012	2013	2014	2015
Redistribuição de Verbas	505 221 307	597 533 085	549 489 116	599 858 152
Outras Despesas	10 970 671	10 901 410	11 340 105	11 334 126
Aquisição de Bens e Serviços	50 413 578	39 997 523	41 192 680	53 289 705
Aquisição de Bens de Capital	56 016 319	78 142 420	47 844 852	43 113 796
Operações de Dívida Direta	142 604 804	95 114 913	34 794 470	33 229 714
Despesas c/ o Pessoal	263 558 928	306 153 198	305 680 573	306 197 793

É de assinalar o aumento significativo na rubrica Redistribuição de Verbas, na ordem dos 50,4 milhões de euros, face ao ano anterior, bem como na rubrica de Aquisição de Bens e Serviços, cujo acréscimo foi de 12 milhões de euros.



Gráfico 9 - Pagamentos Efetuados pela Administração Pública Direta 2012-2015



No que se refere à Despesa da Administração Regional Indireta esta atingiu os 904,3 milhões de euros em 2015, dos quais 230,7 milhões de euros dos Serviços e Fundos Autónomos e 673,6 milhões de euros relativos às Entidades Públicas Reclassificadas.

Quadro 12 - Despesa Administração Regional Indireta

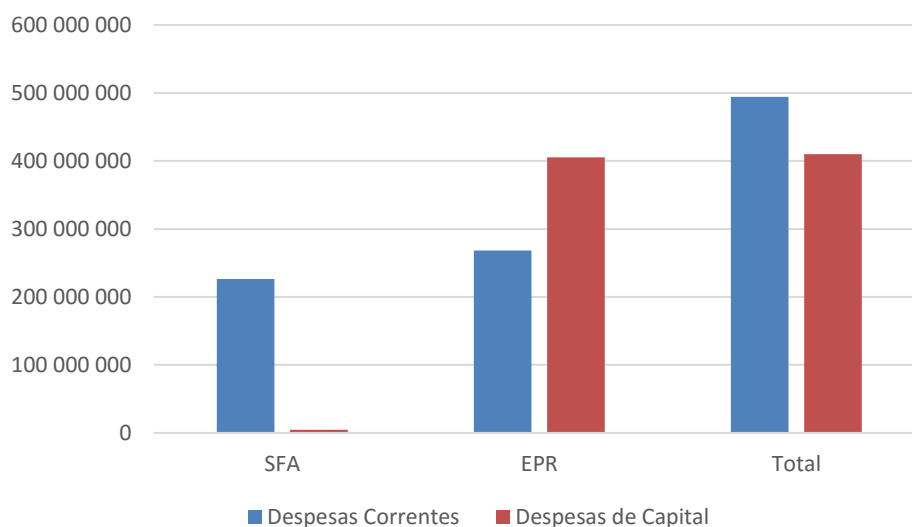
Despesa	Euro		
	Serviços e Fundos Autónomos	Entidades Públicas Reclassificadas	Total
Despesas Correntes	226 286 906	268 126 211	494 413 117
Despesas de Capital	4 408 894	405 446 169	409 855 063
Total	230 695 800	673 572 380	904 268 180

A Despesa Total da Administração Regional Indireta, é composta pelas Despesas Correntes, no valor de 494,4 milhões de euros (54,7%), e pelas Despesas de Capital, no valor de 409,9 milhões de euros (45,3%).

Nos Serviços e Fundos Autónomos, cerca de 98,1% do total das despesas foram referentes a despesas correntes e 1,9% a despesas de capital. Nas Entidades Públicas Reclassificadas, 60,2% das despesas foram referentes a despesas de capital, enquanto que 39,8% foram a despesas correntes.



Gráfico 10 - Despesa da Administração Regional Indireta



C) OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS

As Operações Extraorçamentais movimentadas pela Administração Regional Direta e Indireta registaram os seguintes movimentos:

Quadro 13 - Movimento das Operações Extraorçamentais

Euro				
Administração Regional	Saldo Transitado	Retenção	Entrega	Saldo a Transitar
Direta	1 824 844	226 846 220	227 114 434	1 556 631
Indireta:				
• Serviços e Fundos Autónomos	4 639 235	31 743 410	37 637 750	- 1 239 386
• Entidades públicas reclassificadas	n.d	306 181 373	290 085 825	n.d.

A execução das Operações Extraorçamentais da Administração Regional Direta desdobrou-se em 226,8 milhões de euros de retenções, e 227,1 milhões de euros de entregas, transitando para o ano de 2016 um saldo no valor de 1,6 milhões de euros.

Quadro 14 - Operações extraorçamentais da Administração Pública Direta

Designação	Euro			
	Entrada		Saída	
	Saldo Transitado	Retenção	Entrega	Saldo a transitar
Operações de Tesouraria	47 891	39 108 560	39 108 567	47 884
Outras Operações de Tesouraria	1 750 050	187 737 661	188 005 867	1 481 844
Contas de Ordem	26 903	0	0	26 903
Operações Extraorçamentais	1 824 844	226 846 221	227 114 434	1 556 631



D) PLANO DE INVESTIMENTOS

O valor global do Investimento Público previsto pela Administração Regional, em 2015, ascendia a 483,6 milhões de euros, tendo sido executado 362,8 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de execução de 75%. Face a 2014, o investimento cresce mais de 45 milhões de euros, representando um crescimento de 14,2%.

O Plano, revisto, integrava 14 Programas, 84 Projetos e 457 Ações, da responsabilidade dos diferentes departamentos governamentais.

Quadro 15 - Execução Financeira do Plano

Nº	Objetivo / Programa	Orçamento		Executado		Tx Exec %
		€	%	€	%	
	Aumentar a competitividade e a empregabilidade da economia Regional	149 972 846	31,0	107 243 714	29,6	71,5
1	Competitividade, emprego e gestão pública	77 990 700	16,1	43 280 530	11,9	55,5
2	Agricultura, florestas e desenvolvimento rural	44 562 257	9,2	38 521 591	10,6	86,4
3	Pescas e aquicultura	16 684 852	3,4	15 666 195	4,3	93,9
4	Desenvolvimento do turismo	10 735 037	2,2	9 775 399	2,7	91,1
	Promover a qualificação e a inclusão social	168 817 235	34,9	127 624 412	35,2	75,6
5	Educação, ciência e cultura	72 467 817	15,0	46 108 456	12,7	63,6
6	Desenvolvimento do sistema de saúde	35 189 095	7,3	32 397 928	8,9	92,1
7	Solidariedade social	29 191 730	6,0	20 214 200	5,6	69,2
8	Habituação e renovação urbana	21 163 310	4,4	18 542 582	5,1	87,6
9	Desporto e juventude	10 805 283	2,2	10 361 246	2,9	95,9
	Aumentar a coesão territorial e a sustentabilidade	163 159 271	33,7	126 395 274	34,8	77,5
10	Transportes, energia e infraestruturas tecnológicas	129 548 330	26,8	102 455 854	28,2	79,1
11	Prevenção de riscos e proteção civil	8 018 395	1,7	6 218 045	1,7	77,5
12	Ambiente e ordenamento	25 592 546	5,3	17 721 375	4,9	69,2
	Afirmar a identidade Regional e promover a cooperação externa	1 672 370	0,3	1 528 966	0,4	91,4
13	Informação e comunicação	904 000	0,2	807 686	0,2	89,3
14	Comunidade e cooperação externa	768 370	0,2	721 279	0,2	93,9
	Total	483 621 722	100,0	362 792 366	100,0	75,0

O programa 9 “Desporto e Juventude” teve a maior taxa de execução, com 95,9%. No sentido inverso, o programa 1, designado por “Competitividade, Emprego, e Gestão Pública” apresentou a menor taxa de execução de 55,5%.

O programa 10 “Transportes, energia e infraestruturas tecnológicas” registou o maior valor absoluto de execução, com 102,5 milhões de euros.



E) DÍVIDA PÚBLICA E OUTRAS RESPONSABILIDADES

No final de 2015, o *stock* da dívida pública direta da Região, atingiu os 523,4 milhões de euros, aos quais acresce 1,2 milhões de euros do Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia. Relativamente às empresas públicas reclassificadas, o valor da dívida, atingiu os 901,8 milhões de euros.

A Dívida Financeira da Região, a 31 de dezembro de 2015, perfazia 1.426,4 milhões de euros, de acordo com o critério de classificação da dívida financeira das entidades públicas reclassificadas, previsto no SEC 2010, conforme a 1ª notificação de 2016 do Procedimento dos défices excessivos do INE, de 31 de março de 2016, conforme o quadro seguinte:

Quadro 16 - Dívida Financeira

Entidades	Total		Variação		Euro
	2014	2015	Absoluta	Relativa %	
Administração Regional direta e SFA (1)	474 487 000	524 644 000	50 157 000	10,6	
IROA	5 966 669	5 671 669	- 295 000	-4,9	
Saudaço	372 732 173	540 050 175	167 318 002	44,9	
Hospital DES PDL	196 835 248	108 506 633	- 88 328 615	-44,9	
Hospital SE Terceira	60 806 185	29 859 993	- 30 946 192	-50,9	
Hospital Horta	50 119 616	22 124 637	- 27 994 979	-55,9	
SPRHI	167 384 477	168 137 352	752 875	0,4	
Entidades Públicas Reclassificada: (2)					
Ilhas de Valor	9 345 105	8 200 000	- 1 145 105	-12,3	
SDEA	289 000	89 000	- 200 000	-69,2	
Atlantiline	2 010 000	3 806 254	1 796 254	89,4	
ATA	9 120 000	8 516 880	- 603 120	-6,6	
Teatro Micaelense	752 013	739 901	- 12 112	-1,6	
GSU AÇORES	-	-	-	0,0	
PJCSC	-	-	-	0,0	
Azorina	5 849 059	6 084 189	235 130	4,0	
<i>Sub-total (2)</i>	881 209 545	901 786 682	20 577 138	2,3	
Total (1) + (2)	1 355 696 545	1 426 430 682	70 734 138	5,2	

No entanto, e de acordo com a metodologia utilizada pelo Tribunal, a dívida financeira do sector público administrativo regional, no final de 2015, ascendia a 1.495,8 milhões de euros. Esta divergência, entre a Conta da Região e o Relatório do Tribunal de Contas, resulta, no essencial, do critério utilizado pelo INE e SEC 2010.

A dívida financeira do setor da Saúde regista 700,5 milhões de euros, representando 49,1% do total, distribuída pela Saudaço e os três hospitais da Região.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Face a 2014 a Dívida Financeira cresceu, em termos absolutos, cerca de 70,7 milhões de euros, ou seja, apresenta um crescimento de 5,2%

Quadro 17 - Dívida não Financeira				
Entidades	milhares Euro			
	Total		Variação	
	2014	2015	Absoluta	Relativa %
Serviços Integrados	3 061	609	- 2 452	-80,1
Serviços e Fundo Autónomos (menos SRSaúde)	7 514	490	- 7 024	-93,5
SRSaúde	1 953	321	- 1 632	-83,6
Sub-total (Administração Regional direta e SFA)	12 528	1 420	- 11 108	-88,7
IROA	2 104	1 297	- 807	-38,4
Saudaçor	2 972	2 463	- 509	-17,1
Hospital DES PDL	64 128	73 415	9 287	14,5
Hospital SE Terceira	31 398	39 453	8 055	25,7
Hospital Horta	13 278	13 563	285	2,1
SPRHI	6 941	5 614	- 1 327	-19,1
Ilhas de Valor	16 087	18 454	2 367	14,7
SDEA	128	274	146	114,1
Atlantiline	107	834	727	679,4
ATA	4 411	5 271	860	19,5
Teatro Micaelense	94	116	22	23,4
Pousada da Juventude Caldeira Santo Cristo	164	46	- 118	-72,0
Azorina	1 004	962	- 42	-4,2
Sub-total (Entidades Públicas Reclassificadas)	142 816	161 762	18 946	13,3
Total	155 344	163 182	7 838	5,0

A Dívida não Financeira, apresentada pelo Tribunal de Contas, no final de 2015, ascendia a 163,2 milhões de euros, registando um aumento de 7,8 milhões de euros, mais 5%, do que em 2014. Este aumento resultou, sobretudo, das Entidades Públicas Reclassificadas (+13,3%) e em particular dos Hospitais.

Segundo a Conta 2015 e de acordo com a segunda notificação de 2016 do INE, relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos, onde inclui a informação do Défice e da Dívida relativa aos Açores, apresentada pelo SREA e validada pelas autoridades estatísticas nacionais, a Dívida Global da Administração Pública (Consolidada) da R.A.A. situava-se nos 1.460,2 milhões de euros e correspondia a 37,9% do PIB da Região Autónoma dos Açores de 2015 (estimado em 3.852,4 milhões de euros).

Segundo o Tribunal de Contas, a Dívida Global da Administração Regional Direta, Serviços e Fundos Autónomos e Entidades Públicas Reclassificadas, ascendia a 1.659



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

milhões de euros, mais 113,7 milhões de euros face ao ano de 2014. A dívida global correspondia a 44,5% do PIB da Região Autónoma dos Açores de 2014 (estimado em 3.730,8 milhões de euros).

A Administração Regional Direta e os Serviços e Fundos Autónomos contribuíram com 74,1 milhões de euros para o aumento da dívida global, enquanto nas Entidades Públicas Reclassificadas o aumento foi de 39,6 milhões de euros, em 2015.

Quadro 18 - Avals

milhares Euro	
Mutuário	31/12/2015
Entidades públicas reclassificadas:	
IROA	4 614
Saudaçor	425 168
Ilhas de Valor	8 200
Hospital da Horta	4 821
Hospital de Santo Espírito – Terceira	7 492
Hospital Divino Espírito Santo – PDL	10 597
SPRHI	143 124
Azorina	2 362
Subtotal (1)	606 378
Outras entidades do setor público regional:	
EDA	64 000
Lotaçor	18 649
Portos dos Açores	16 061
Sinaga	14 846
Subtotal (2)	113 556
Total (3) = (1) + (2)	719 934

No final de 2015, a responsabilidades da Região com avals, atingiu os 719,9 milhões de euros, mais 18% do que me 2014. As entidades públicas reclassificadas representavam cerca de 84% do total, com destaque para a Saudaçor e para a SPRHI.

Foram concedidos durante o ano de 2015, trezes avals no montante global de 144.9 milhões de euros, 99,9% do plafond estipulado de 145 milhões de euros (DLR 1/2015/A, de 7 de janeiro).



Em 2015, a Região emitiu 181,8 milhões de euros em cartas de conforto.

Quadro 19 – Cartas Conforto

Variação das responsabilidades com Cartas Conforto 2014/2015	
Responsabilidades a 31/12/2014	430.490.345,92
Cartas Conforto concedidas em 2015	181.822.308,16
Responsabilidades a 31/12/2015	378.995.434,96
Variação 2014/2015	-51.494.910,96

A variação negativa nas responsabilidades da Região pela emissão de cartas conforto verificada entre os anos de 2014 e 2015 foi de -51,5 milhões de euros, devido, essencialmente, à sua substituição por avales.

A Região Autónoma dos Açores tem duas parcerias público privadas (PPP) contratualizadas:

1. SCUT - Ilha de São Miguel – com a empresa EUROSCUT AÇORES, S.A.
2. HOSPITAL DA ILHA TERCEIRA (HIT) – com a empresa HAÇOR, S.A.

Os pagamentos das referidas PPP iniciaram-se em 2012 e terminam, no caso da SCUT, 2037, e no caso do HIT, em 2039.

Os Encargos da Região com as referidas PPP no ano de 2015 foram de 31,1 milhões de euros (valores sem IVA), dos quais 21,7 milhões de euros referentes à SCUT e 9,4 milhões de euros referentes ao HIT.

Os valores atualizados que decorrem das PPP da Região, com referência a 31 de dezembro de 2015, totalizavam 500,7 milhões de euros (valores sem IVA), dos quais 357,3 milhões de euros referentes à SCUT, e 143,4 milhões de euros referentes ao HIT.

F) PATRIMÓNIO

No final do ano de 2015, o património físico inventariável apresentava um valor atualizado de cerca de 743,6 milhões de euros, resultante de um incremento anual de 2,9 milhões de euros.



A afetação daquele património, constituído pelos bens móveis, imóveis e semoventes, estava distribuída pelos diferentes serviços da Administração Regional:

- Administração Regional Direta – 317,8 milhões de euros (43%);
- Serviços Autónomos – 331,9 milhões de euros (45%);
- Administração Indireta – 42,4 milhões de euros (6%);
- Sector Público Empresarial – 2,8 milhões de euros (0%);
- Administração Central – 10,3 milhões de euros (1%);
- Outras Entidades – 38,3 milhões de euros (5%).

Quadro 20 - Bens Patrimoniais						
Bens	Valores Apresentados na Conta – em milhares de Euro					
	Em 01/01/2015	Abates	Aquisições	Ajustamento	Em 31/12/2015	Variação
Móveis	54 803	121	217		54 899	96
Imóveis	682 093	10 840	14 180		685 433	3 340
Semoventes	3 824	19	340	-897	3 248	-576
Totais	740 720	10 980	14 737	-897	743 580	2 860

Os bens imóveis registaram uma variação positiva face ao ano anterior, no valor de 3,3 milhões de euros, tendo sido compensada por uma variação negativa, de 0,6 milhões de euros, nos semoventes.

Os ativos financeiros totalizavam, no final de 2015, cerca de 305,8 milhões euros, dos quais 286,1 milhões euros de participações financeiras e 19,8 milhões euros de empréstimos concedidos.

Quadro 21 - Ativos - Composição da Carteira

Designação	Administração Regional Direta	Administração Regional Indireta		Sociedades não financeiras Públicas	Instituições s/ fins lucrativos Públicos	Euro
		SFA	EPR			Total
		. Entidades públicas reclassificadas	178 194 517			4 450 000
. Sociedades não financeiras públicas	100 096 950		2 553 005	15 689		
. Instituições sem fins lucrativos públicas	589 755		8 229	39 114	49 935	
Sub-total (Participações financeiras) (1)	278 881 222	4 450 000	2 586 234	99 803	49 935	286 067 194
Empréstimos concedidos (2)	9 333 578	385 826	10 036 154	-	-	19 755 558
Total (1) + (2)	288 214 800	4 835 826	12 622 388	99 803	49 935	305 822 752



Quadro 22 - Entidades controladas pela RAA

		percentagem
RAA - Região Autónoma dos Açores	Saúde	Saudaçor - 100% HDES - 100% HSE - 100% HH - 100%
	Habitação e O.P.	SPRHI - 100%
	Transportes Aéreos	Sata SGPS - 100% Sata Air Açores - 100% Sata Internacional - 100% Sata Gestão Aeródromos - 100% Sata Express INC. CAN - 100% Azores Express INC. USA - 100% Verdegolf - 0,75% Ilha de Valor - 0,28% ATA - 14,71% AAFTH - 25%
	Energia	Eda - 50,10% Oniaçores - 0,001% Segma - 90% Eda Renováveis - 0,32% Eda Renováveis - 99,68% Oniaçores - 0,001% Segma - 10% Fund Eng José Correia - 25,91% Gloaleda - 74,9% Oniaçores - 40% Zon Açores - 6,18% ENTA - 2% INOVA - 0,77% Fund Eng José Correia - 33,68% Norma Açores - 62,63% GSU - 100% Controlauto - 60%
	Portos e transportes marítimos	Portos dos Açores - 100% Naval Canal, Lda - 100% OperpdI, Lda - 20% Operterceira, Lda - 20% Opertri, Lda - 20% Atlânticoline, SA - 83,97% Ass. Portas Mar - 28,7% AGESPI - 25% Atlânticoline, SA - 16,03% Ilhas de Valor, SA - 0,28%
	Agricultura, pescas e ambiente	Azorina - 100% Lotaçor - 100% IROA - 100% Santa Catarina - 100% Companha - 94% Espadapescas - 100%
	Serviços diversos	Ilhas de Valor - 99,44% Sinaga - 100% Melo Abreu, Lda - 15% PICSC - 60,87%
	Turismo	SDEA - 100% PJA, SA - 51%
	Cultura	Teatro Micaelense - 99,81%
	Instituições s/fins lucrativos	AAFTH - 50% Ass. Portas do Mar - 7,14% Ass. Portas do Mar - 28,57% ATA - 18,39% OTA - 22,22% Ass. Portas do Mar - 7,14% ENTA - 22% INOVA - 65,59% ENTA - 70% OTA - 55,56% Nonagon - 70%



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A Região Autónoma dos Açores detém participações financeiras, diretas e indiretas, em diversas sociedades comerciais, em entidades públicas empresariais e em diversas instituições sem fins lucrativos públicas.

Em 2015, há a destacar a fusão, por incorporação do capital da Transmaçor Lda, na Atlânticoline, S.A., e o aumento do capital social da SPRHI, S.A., em espécie, no valor de 4,9 milhões de euros.

Segundo o Tribunal de Contas, no final de 2015, a carteira de participações financeiras estava avaliada em 286,1 milhões de euros, fruto de um aumento de 4 milhões de euros.

Quadro 23 - Participações financeiras da RAA

Sector de Atividade	Euro							
	Participações financeiras na RAA				Entidades Públicas Reclassificadas			
	2014		2015		2014		2015	
Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	
Agricultura, pescas e ambiente	8	8 950 589	8	8 768 689	1	50 000	3	165 689
Energia	4	35 070 000	4	35 070 000	0	-	0	-
Habituação e Obras Públicas	1	8 237 400	1	13 139 600	0	-	1	13 139 600
Portos e Transportes Marítimos	4	40 998 700	3	40 238 700	1	7 145 400	1	7 145 400
Saúde	4	148 109 037	4	148 109 037	1	50 000	4	148 109 037
Transportes Aéreos	6	18 000 000	6	18 000 000	0	-	0	-
Cultura	1	12 220 880	1	12 220 880	1	12 220 880	1	12 220 880
Turismo	2	738 255	2	738 255	0	-	1	700 005
Serviços Diversos	4	9 050 000	4	9 050 000	2	9 050 000	2	9 050 000
Instituições s/fins lucrativos	8	732 078	8	732 033	1	45 000	1	45 000
Total	42	282 106 939	41	286 067 194	7	28 561 280	14	190 575 611

O setor da Saúde tem o maior volume de participações, com 148,1 milhões de euros, seguido do setor Portos e Transportes Marítimos, com 40,2 milhões de euros, Energia, com 35,1 milhões de euros, Transportes Aéreos, com 18 milhões de euros e Cultura com 12,2 milhões de euros.

A Região, no final de 2015, participa, direta ou indiretamente, em trinta e nove empresas, tendo participação minoritária em dez empresas, a totalidade do capital em vinte e duas e a maioria do capital em sete empresas.



Relativamente a entidades não societárias, a Região participa direta e indiretamente em nove entidades, das quais sete diretamente e duas de forma indireta.

G) FLUXOS FINANCEIROS TRANSFERIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DIRETA

A Administração Regional Direta transferiu 457,2 milhões de euros para entidades do sector público regional.

No valor total transferido para as Entidades Públicas Reclassificadas, cerca 351,4 milhões de euros, destacam-se os 322,4 milhões de euros destinados à Saudação, sendo 31,4 milhões de euros referentes a investimento e 291 milhões de euros para o financiamento do sector da Saúde.

Para os Serviços e Fundos Autónomos destacam-se 63,9 milhões de euros destinados, sobretudo, à ação social escolar (11,9 milhões de euros), à coesão regional nos transportes (9,2 milhões de euros) e ao combate das desigualdades socioeconómicas (8,6 milhões de euros).

Destacam-se ainda as transferências para o IAMA, 16,1 milhões de euros e para os Fundos Escolares, 13,9 milhões de euros.

A Administração Regional Direta transferiu ainda, dos seus recursos próprios para as autarquias locais da região, 6,2 milhões de euros.

H) FLUXOS FINANCEIROS RECEBIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DIRETA

Foram recebidos pela Administração Regional Direta 257,5 milhões de euros, 97,5% dos quais da Administração Central e 2,5% das Sociedades não Financeiras Públicas.

I) FLUXOS FINANCEIROS TRANSFERIDOS PELOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Os Serviços e Fundos Autónomos transferiram 879 mil euros para o setor público regional, destacando-se o Fundo Regional de Apoio à Coesão e Desenvolvimento



Económico que transferiu 398,4 mil euros para a SINAGA, S.A. e 202,9 mil euros para a Portos dos Açores, S.A..

Foram ainda transferidos cerca de 240 mil euros para setores públicos externos à RAA.

J) FLUXOS FINANCEIROS TRANSFERIDOS PELAS ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS

As entidades públicas reclassificadas transferiram 434,9 milhões de euros, dos quais 340,6 milhões de euros destinados aos três hospitais públicos e 94,3 milhões de euros para as unidades de saúde de ilha e para o Centro de Oncologia dos Açores.

K) FLUXOS FINANCEIROS COM A UNIÃO EUROPEIA

Os fundos comunitários transferidos para a Região, em 2015, ascenderam a 298 milhões de euros, refletindo assim um acréscimo de 46,4 milhões de euros (+18,4%) face a 2014.

2º. RECOMENDAÇÕES

O Tribunal de Contas, aquando da publicação do Relatório e parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2015, realça uma melhoria no grau de acatamento das recomendações emitidas, evidenciando assim o compromisso do Governo Regional em acatar as apreciações realizadas.

Ainda assim, foram emitidas, pelo Tribunal de Contas, as seguintes recomendações:

- 1.^a Incluir, na primeira revisão orçamental, os saldos dos anos findos;
- 2.^a Identificar e quantificar, por estrutura programática, o investimento público previsto e executado pelas entidades incluídas na componente *Outros Fundos*;
- 3.^a Incluir, nos instrumentos de planeamento ou no processo orçamental, informação relativa à componente comunitária envolvida na execução das ações, identificando os fundos estruturais e os programas envolvidos;
- 4.^a Incluir, nos instrumentos de planeamento ou no processo orçamental, informação relativa às operações que são executadas com verbas provenientes do produto de



empréstimos contraídos no ano, enquadrando-as na estrutura programática do Plano Regional, ao nível do programa, projeto e ação;

5.^a Incluir, nos instrumentos de planeamento ou no processo orçamental, informação relativa aos cronogramas físicos e financeiros das ações e o grau de execução material e financeiro das mesmas;

6.^a Incluir, na proposta de Orçamento, informação relativa à situação financeira dos serviços e fundos autónomos, aos subsídios regionais e critérios de atribuição, às transferências orçamentais para as autarquias locais e para as empresas públicas e à justificação económica e social dos benefícios fiscais e dos subsídios concedidos;

7.^a Conferir coerência aos mapas orçamentais, entre si, quanto aos valores previstos de recursos financeiros dirigidos à cobertura do investimento público e evidenciar uma adequada previsão plurianual dos programas de investimento público;

8.^a Prosseguir na eliminação das insuficiências e divergências que possam afetar a fiabilidade da Conta, nomeadamente com a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas (balanço, demonstração de resultados, mapas de execução orçamental e anexo às demonstrações financeiras);

9.^a Incluir, na Conta, os orçamentos revistos das entidades públicas reclassificadas que integram o perímetro orçamental, por classificação económica, de acordo com o classificador das receitas e das despesas públicas em vigor;

10.^a Incluir, na Conta, os saldos orçamentais, desagregados por operações orçamentais e extraorçamentais, das entidades públicas reclassificadas;

11.^a Melhorar a informação apresentada na Conta sobre os saldos orçamentais e sua desagregação por operações orçamentais e extraorçamentais, dos serviços e fundos autónomos;

12.^a Incluir, na Conta, as informações necessárias à conferência e apreciação das operações extraorçamentais realizadas pela Administração Regional direta;

13.^a Incluir, na Conta, os movimentos de operações extraorçamentais, discriminados por código de contas, da Administração Regional indireta;



- 14.^a Incluir, na Conta, os elementos necessários à demonstração da observância dos limites de endividamento do sector público administrativo regional;
- 15.^a Incluir, na Conta, informação sobre as subvenções públicas atribuídas e não pagas;
- 16.^a Observar o regime legal de concessão de garantias, designadamente a competência e o limite máximo para a sua emissão;
- 17.^a Elaborar as reconciliações bancárias a 31 de dezembro, das contas centrais geridas pela Direção Regional do Orçamento e Tesouro;
- 18.^a Promover a conclusão dos processos de inventariação e avaliação da situação patrimonial da Região Autónoma dos Açores;
- 19.^a Adotar procedimentos contabilísticos adequados, que assegurem o registo oportuno dos movimentos associados aos fluxos financeiros com a União Europeia, mediante a evidenciação contabilística, em operações orçamentais e extraorçamentais, dos movimentos das correspondentes contas bancárias;
- 20.^a Apresentar a análise consolidada dos resultados da atribuição de subvenções públicas, permitindo uma avaliação da eficácia e eficiência;

Recomendações formuladas no Relatório e Parecer sobre as Contas de 2013 e de 2014 e cujo acatamento só será possível verificar nas Contas de 2016 e 2017:

- 2.^a Recomendação (Relatório e Parecer sobre a Conta de 2013) - Incutir maior rigor na previsão orçamental de receitas provenientes da venda de bens de investimento;
- 15.^a Recomendação (Relatório e Parecer sobre a Conta de 2013) - Classificar as transferências do Estado, efetuadas ao abrigo do princípio da solidariedade, de acordo com a respetiva natureza;
- 19.^a Recomendação (Relatório e Parecer sobre a Conta de 2013) - Organizar as entidades com funções de tesouraria da Administração Regional direta por forma a cumprir a obrigação de prestação de contas relativamente à totalidade da receita arrecadada pela Região Autónoma dos Açores;



1.^a Recomendação (Relatório e Parecer sobre a Conta de 2014) - Incluir no Orçamento a dotação orçamental das entidades que integram o seu perímetro, por classificação económica.

3º. PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

Face à necessidade de se corrigir alguns procedimentos considerados como menos corretos, pelo Tribunal de Contas, foram, por este, emitidas as principais recomendações:

1.^a Prosseguir na eliminação das insuficiências e divergências que possam afetar a fiabilidade da Conta, nomeadamente com a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas (balanço, demonstração de resultados, mapas de execução orçamental e anexo às demonstrações financeiras).

2.^a Organizar as entidades com funções de tesouraria da Administração Regional direta por forma a cumprir a obrigação de prestação de contas relativamente à totalidade da receita arrecadada pela Região Autónoma dos Açores.

3.^a Classificar as transferências do Estado, efetuadas ao abrigo do princípio da solidariedade, de acordo com a respetiva natureza.

4.^a Incluir, na Conta, os elementos necessários à demonstração da observância dos limites de endividamento do sector público administrativo regional.

5.^a Observar o regime legal de concessão de garantias em vigor na Região Autónoma dos Açores, designadamente quanto ao limite máximo anual e à competência do Conselho do Governo.

6.^a Adotar procedimentos contabilísticos adequados, que assegurem o registo oportuno dos movimentos associados aos fluxos financeiros com a União Europeia, mediante a evidenciação contabilística, em operações orçamentais e extraorçamentais, dos movimentos das correspondentes contas bancárias.



4.º CAPÍTULO - CONCLUSÃO E PARECER

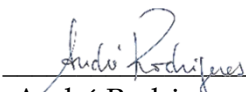
A Comissão Permanente de Economia após a análise da Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2015, dos pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e do parecer da Secção Regional do Tribunal de Contas, entendeu por maioria, com os votos a favor do PS e com a abstenção e reserva para plenário do PSD, do CDS/PP e do BE, que a Conta da Região de 2015, está em condições de ser apreciada e votada pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Ao presente relatório são anexos os relatórios e pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativos à Conta de 2015.

Posteriormente será anexo o Relatório sobre o Sector Empresarial Regional.

Ponta Delgada, 8 de fevereiro de 2017.

O Relator


André Rodrigues

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente


Miguel Costa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Relatório e Parecer Sectorial

Proposta de Resolução n.º 18/X - Conta da Região Autónoma dos
Açores referente ao Ano Económico de 2015

7 de fevereiro de 2017

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	429 Proc. n.º 108
Data	01/02/07 N.º 18/X



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**RELATÓRIO E PARECER SECTORIAL SOBRE A PROPOSTA DE RESOLUÇÃO N.º 18/X -
CONTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES REFERENTE AO ANO ECONÓMICO
DE 2015.**

Capítulo I
INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 7 de fevereiro de 2017, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da ilha de São Miguel, em Ponta Delgada e em videoconferência com as delegações do Pico e Flores.

Da agenda da reunião constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa, a apreciação, relato e emissão de parecer sectorial relativo à Proposta de Resolução n.º 18/X - Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao Ano Económico de 2015.

A supramencionada Proposta de Resolução foi enviada à Comissão Permanente de Economia e, posteriormente, remetida à Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho, para relato e emissão de parecer sectorial, tendo ficado a aguardar a emissão do parecer pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas.

O parecer da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, sobre a conta da Região Autónoma dos Açores do ano económico de 2015 foi emitido em 19 de dezembro de 2016.

Capítulo II
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Compete à Assembleia Legislativa aprovar as contas da Região relativas a cada ano económico, nos termos do disposto no artigo 42.º, n.º 1, alínea b) do Estatuto



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

O artigo 166.º do Regimento da Assembleia Legislativa dispõe que a Conta da Região respeitante a cada ano económico e os relatórios de execução anual do Plano são apreciados em conjunto pela Assembleia. A elaboração do parecer final incumbe à comissão formalmente competente, anexando os pareceres emitidos pelas restantes comissões, conforme dispõe o n.º 4 do artigo 167.º do citado Regimento.

De acordo com o disposto na Resolução n.º 18/2016/A, de 6 de dezembro, as matérias de planeamento e estatística, orçamento e contabilidade pública são competência da Comissão de Economia. Por seu turno, e nos termos da mesma disposição legal, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho é competente em matéria de Comunicação Social, Ordenamento do Território, Ambiente, Trabalho e Formação Profissional.

Capítulo III

APRECIÇÃO DA CONTA

A Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2015, depois de aprovada pelo Conselho de Governo foi, nos termos legais, apresentada à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para efeitos de apreciação e aprovação, tendo sido remetida à Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, para parecer.

O parecer da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2015 foi emitido em 19 de dezembro de 2016.

Para a apreciação da Conta, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho teve em consideração o Parecer do Tribunal de Contas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

supramencionado, assim como o Relatório de Execução Financeira do Plano Regional Anual de 2015, mas áreas de competência da Comissão, que integram as Grandes Linhas de Orientação

Estratégica 2013-2016 *Aumentar a coesão territorial e a sustentabilidade e Afirmar a identidade regional e promover a cooperação externa*, definidas nas Orientações de Médio Prazo 2013-2016.

As áreas de competência da comissão integram os sectores da conservação da natureza e sensibilização ambiental, ordenamento do território, recursos hídricos, qualidade ambiental e património mundial, gestão de resíduos, requalificação da orla costeira, monitorização, promoção, fiscalização e ação ambiental marinha constantes do Programa 12 (Ambiente e Ordenamento) e o apoio aos média e *Jornal Oficial*, incluídos no Programa 13 (Informação e Comunicação).

Da análise aos documentos supramencionados e tendo em conta as áreas de maior incidência no âmbito da Comissão, foi possível apurar o seguinte:

Programa/Projeto	Dotação Revista (€)	Executado (€)	Taxa Exec.(%)
Programa 12 - Ambiente e Ordenamento			
12.1 Conservação da Natureza e Sensibilização Ambiental	5.493.916	4.508.366,36	82,1
12.2 Ordenamento do Território	1.082.581	842.266,59	77,8
12.3 Recursos Hídricos	5.009.843	4.120.564,98	82,2
12.4 Qualidade Ambiental e Património Mundial	1.965.757	1.887.777,27	96,0
12.5 Gestão de Resíduos	6.852.750	5.326.960,38	77,7
12.6 Requalificação da Orla Costeira	2.993.072	583.215,04	19,5
12.7 Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha	2.194.627	452.223,97	20,6
Programa 13 - Informação e Comunicação			
13.1 Apoio aos Media	808.000	712.944,02	88,2
13.2 <i>Jornal Oficial</i>	96.000	94.742,42	98,7



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Relativamente ao Parecer da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas sobre a Conta da Região referente ao ano económico de 2015, foram formuladas Recomendações, não se tendo verificado qualquer Recomendação que se respeite especificamente às áreas de competência da Comissão.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O **Grupo Parlamentar do PS** manifestou-se favorável à aprovação da Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2015, realçando o facto de nenhuma das recomendações emitidas no parecer da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas respeitar à ação governativa nessas áreas de competência.

Os **Grupos Parlamentares do PSD**, do **CDS-PP** e do **BE** abstiveram-se com reserva da sua posição para Plenário.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, concluiu a Comissão que a Proposta de Resolução nº 18/X – Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao Ano Económico de 2015, e no que se refere às áreas da sua competência, está em condições de ser apreciada em reunião Plenária, emitindo, por maioria, parecer favorável, com os votos a favor do Grupo Parlamentar do PS, tendo os Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e BE se abtido com reserva de posição para Plenário.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Ponta Delgada, 7 de fevereiro de 2017

A Relatora,

A handwritten signature in black ink, reading 'Bárbara Torres Chaves'.

Bárbara Torres Chaves

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente,

A handwritten signature in black ink, reading 'Francisco Coelho'.

Francisco Coelho



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

**RELATÓRIO E PARECER SOBRE A
CONTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS
AÇORES - ANO ECONÓMICO DE 2015**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada: 431	Proc. n.º 108
Data: 01/02/07	N.º 15/X

Horta, 24 de janeiro de 2017



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

INTRODUÇÃO

A Comissão de Política Geral reuniu no dia 24 de janeiro de 2017, a fim de proceder à análise e dar parecer, nas áreas de competência da Comissão, à Conta da Região Autónoma dos Açores, relativa ao ano económico de 2015, bem como ao Relatório Anual de Execução do Plano deste mesmo ano.

CAPÍTULO I
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A Conta da Região Autónoma dos Açores e o Relatório do Plano foram apresentados ao abrigo da alínea b) do artigo 42.º da Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro – Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e apreciados nos termos dos artigos 166.º e 167.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO II
APRECIAÇÃO

A Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2015, após aprovação pelo Conselho do Governo, foi apresentada à Assembleia Legislativa para efeitos de apreciação e aprovação, por meio da Proposta de Resolução n.º 18/X/2016.

Neste contexto, a comissão procedeu à sua apreciação, tendo em conta as respetivas competências.

Assim, foram analisados os documentos, designadamente a Conta e respetivos anexos, o Relatório de Execução do Plano de Investimentos e o Relatório e Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores, do Tribunal de Contas, tendo-se elaborado o quadro que se segue e que reflete a percentagem de execução do Plano, relativamente às dotações previstas.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Programa/Projeto (Despesas de Plano)	Dotação Revista	Execução 2014	Execução 2015	2015 (%)
1 – Competitividade, Emprego e Gestão Pública				
1.4 – Modernização Administrativa	381 050 €	386 693 €	213 245,05 €	56%
1.5 – Informação de interesse Público ao Cidadão	2 200 000 €	2 200 000 €	2 200 000 €	100%
1.6 – Serviços Sociais	180 000 €	172 426 €	169 901,10 €	94,4%
1.7 – Cooperação com as Autarquias Locais	526 000 €	294 900 €	500 321,98 €	95,1%
8 – Habitação e Renovação Urbana	21 163 310 €	17 159 598 €	18 542 581,50 €	87,6%
10 – Transportes, Energia e Infr. Tecnológicas	27 716 470 €	25 548 865 €	26 901 200,18 €	97,1%
10.1 – Construção de Estradas Regionais	10 208 608 €	3 269 684 €	5 866 991 €	57,5%
10.2 – Beneficiação e Reabilitação de ERs				
10.3 – Sist. Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária	778 206 €	647 987 €	771 266,72 €	99,1%
10.4 – Integração Paisagística de z. adjacentes às ER	93 500 €	106 878 €	90 533,21 €	96,8%
11 – Prevenção de Riscos e Proteção Civil	8 018 395 €	4 714 649 €	6 218 045,10 €	77,5 %
14 – Comunidades e Cooperação Externa	768 370 €	578 759 €	721 279,20 €	93,9%

Comparativamente ao ano económico anterior, e no que concerne às áreas da competência desta Comissão, as taxas de execução são mais baixas, com exceção dos Projetos **10.1 – Transportes, Energia e Infraestruturas Tecnológicas** e **10.3 – Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária**, os quais apresentam taxas de execução ligeiramente inferiores às verificadas em 2014.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Quanto ao projeto **1.4 – Modernização Administrativa**, a taxa de execução foi de 56%, inferior à do ano anterior (61,8%), sendo que em termos de valor absoluto pautou-se por uma despesa de menos 173 447,95 euros do que a realizada em 2014.

O projeto **1.5 – Informação de interesse público ao cidadão**, tal como no ano anterior, foi executado na totalidade, relativamente a 2014.

O projeto **1.6 – Serviços Sociais**, teve uma taxa de execução de 94,4%, mais baixa do que a verificada no ano anterior (95,1%) e registando uma despesa em valor absoluto de 2 524,90 euros a menos do que a registada em 2014.

O projeto **1.7 – Cooperação com as Autarquias Locais**, teve uma taxa de execução de 95,1%, superior à do ano anterior (33,8%). A despesa, em valor absoluto, foi de mais 400 608,98 euros, relativamente a 2014.

No que diz respeito ao Programa **8 - Habitação e Renovação Urbana**, foi efetuada uma despesa de 18 542 581,50 milhões de euros (mais 1,38 milhões de que no ano anterior), mesmo apresentando uma taxa de execução de 87,6%. A despesa deste Programa realizou-se, essencialmente, no âmbito do **Projeto Arrendamento Social e Cooperação**, registando-se uma execução de 12,3 milhões de euros (66% do total do Programa).

Quanto ao Projeto **10.1 – Construção de Estradas Regionais**, foram executados, em valor absoluto, 26,9 milhões de euros, mais 1,4 milhões de euros que no ano anterior, registando uma taxa de execução de 97%, ligeiramente superior à do ano 2014.

No Projeto **10.2 – Beneficiação e Reabilitação de Estradas Regionais** registou-se uma taxa de execução de 57,5%, inferior à verificada no ano anterior (68,4%).

No projeto **10.3 – Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária**, a taxa de execução foi de 99,1%, ligeiramente inferior à verificada no ano anterior (99,7%).



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

O projeto **10.4 – Integração Paisagística de Zonas Adjacentes às Estradas Regionais**, registou uma taxa de execução de 96,8%, ligeiramente superior à do ano anterior (94,2%).

Quanto ao Programa **11 - Prevenção de Riscos e Proteção Civil**, a taxa de execução foi de (77,5%), registando um acréscimo de 1,5 milhões de euros.

Quanto ao Programa **14 - Comunidades e Cooperação Externa**, verifica-se uma Taxa de execução de 93,9%, superior à do ano anterior (76,5%), registando um decréscimo de despesa, em valor absoluto, de 142 520 euros.

Em relação ao **Setor Público Empresarial** (SPER), no que respeita à **SPRHI, SA**, foi transferida uma verba de 5,5 milhões de euros a qual foi aplicada nas diferentes áreas de intervenção; 3,5 milhões de euros na reabilitação da rede viária e de 2 milhões de euros na Reconstrução do Parque Habitacional das ilhas do Faial e do Pico, afetado pelo sismo de 1998.

Ainda na área das competências desta Comissão, há a registar, em termos de compromissos futuros, o referente ao contrato de concessão rodoviária em regime **SCUT** na ilha de São Miguel, empreitada em regime de PPP, com pagamentos até 2037.

Em 2015 foram pagos 26, 9 milhões de euros relativos a este contrato.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor das responsabilidades financeiras futuras com a PPP relativa à concessão rodoviária em regime de SCUT, na ilha de S. Miguel, era de 357,3 milhões de euros (valor sem IVA).

As responsabilidades assumidas na concessão rodoviária da ilha de S. Miguel prolongam-se até 2036.

Os compromissos plurianuais são os que se apresentam no quadro seguinte (milhões de euros, valores sem IVA):

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	Anos seg.
Montante	20 967	20 420	19 983	19 440	18 911	263 049



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

CAPÍTULO III
SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O Grupo Parlamentar do PS manifestou-se favorável à aprovação da conta da RAA referente ao ano económico de 2015.

Os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, bem como a Representação Parlamentar do PCP, abstêm-se reservando a sua posição para plenário.

CAPÍTULO IV
CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Comissão de Política Geral concluiu que a Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2015 está, nas áreas da sua competência, em condições de ser apreciada em reunião Plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Este relatório e parecer serão remetidos à Comissão de Economia.

Horta, 24 de janeiro de 2017

O Relator

Bruno Belo

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

António Soares Marinho



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

RELATÓRIO E PARECER SECTORIAL
DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE
ASSUNTOS SOCIAIS SOBRE A
PROPOSTA DE RESOLUÇÃO N.º
18/2016 - CONTA DA REGIÃO
AUTÓNOMA DOS AÇORES
REFERENTE AO ANO ECONÓMICO DE
2015.

Ponta Delgada, 04 de janeiro de 2017

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	47 Proc. n.º 108
Data	07/01/05 N.º 18/X



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

CAPÍTULO I
INTRODUÇÃO

A Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais reuniu no dia 04 de janeiro de 2017, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da ilha de São Miguel, para apreciação, relato e emissão de parecer sectorial sobre a Proposta de Resolução n.º 18/2016 – Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2015.

CAPÍTULO II
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos do disposto no artigo 42.º, n.º 1, alínea b) do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, compete à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprovar as contas da Região respeitantes a cada ano económico, competindo-lhe igualmente apreciar os correspondentes relatórios de execução anual do Plano.

O Governo Regional apresentou os referidos documentos à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no cumprimento do estipulado na alínea j) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

O processo de apreciação e aprovação das Contas da Região pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores rege-se pelo previsto no respetivo Regimento.

Assim, o artigo 166.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores dispõe que as Contas da Região respeitantes a cada ano económico e os relatórios anuais de execução são apreciados em conjunto pela Assembleia.

Por sua vez, o n.º 2 do artigo 167.º estabelece que os referidos documentos são enviados a todas as comissões especializadas permanentes para efeitos de elaboração de pareceres sectoriais, sendo que a elaboração do parecer final



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

incumbe à comissão formalmente competente, anexando os pareceres sectoriais emitidos pelas outras comissões, de acordo com o estipulado no n.º 4 do mesmo artigo.

De acordo com o disposto no artigo 1.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2016/A, de 6 de dezembro, as matérias de planeamento e estatística, orçamento e contabilidade pública são competência da Comissão Permanente de Economia.

Contudo, nos termos da mesma disposição legal, compete à Comissão Permanente de Assuntos Sociais apreciar as matérias relativas a Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Saúde, Solidariedade Social, Juventude e Desporto.

CAPÍTULO III
APRECIÇÃO DA CONTA

No cumprimento das suas atribuições, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais procedeu à análise da Conta da Região Autónoma dos Açores, do respetivo Parecer emitido pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, datado de 19 de dezembro de 2016, e do Relatório de Execução Financeira do Plano Regional Anual, nas áreas cujas competências lhe são inerentes.

A apreciação da Conta e respetivos anexos, do Relatório de Execução Financeira do Plano Regional Anual e do Parecer da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas permitiu à Comissão verificar que a taxa de execução financeira do Plano Regional Anual para 2015 situou-se em 75,0%, tendo atingido € 362 792 365,61€.

Tendo por base a organização assumida pelos documentos de planeamento anteriormente citados, constata-se que as áreas de competência da Comissão de Assuntos Sociais se encontram aglutinadas em dois grandes Objetivos de



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

Desenvolvimento, nomeadamente: “Promover a Qualificação e a Inclusão Social” e “Aumentar a Coesão Territorial e a Sustentabilidade”.

Os referidos Objetivos de Desenvolvimento integram os Sectores da Educação, da Ciência, das Tecnologias de Informação e Comunicação, da Juventude, da Cultura, do Desporto, da Saúde e da Solidariedade Social, sobre os quais incide a presente análise.

Nestes sectores, o Relatório Anual de Execução Financeira do Plano Regional Anual de 2015 é o que consta do quadro seguinte:

Entidade Executora / Programa	Dotação Revista (€)	Despendido (€)	Taxa Exec.
Secretaria Regional da Solidariedade Social	50 355 040,00	38 756 781,07	77,0%
7 – Solidariedade Social	29 191 730,00	20 214 199,57	69,2%
Secretaria Regional da Saúde	43 207 490,00	38 615 973,46	89,4%
6 – Desenvolvimento do Sistema de Saúde	35 189 095,00	32 397 928,36	92,1%
Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura	77 256 988,00	52 796 198,81	67,0%
5 – Educação, Ciência e Cultura	68 720 188,00	43 399 037,06	63,2%
9 – Desporto e Juventude	8 536 800,00	8 397 161,75	98,4%
Secretaria Regional do Turismo e Transportes	137 241 186,00	110 156 425,98	80,3%
10 – Transportes, Energia e Infraestruturas	126 506 149,00	100 381 027,27	79,3%

Fonte: REFAPRA

No parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano económico de 2015 e emitida pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

Contas, constata-se que a 15ª recomendação, relativa à inclusão, na Conta, das operações extraorçamentais realizadas pelo Serviço Regional de Saúde, constante no Relatório e Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2014 foi acolhida pelo Governo Regional (página 247 do Relatório e Parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2015).

No decurso da análise feita pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas à Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano económico de 2015 e no que respeita ao sector da Saúde, verifica-se que o equilíbrio de exploração alcançado pelos hospitais da Região, através da assunção da totalidade dos encargos financeiros decorrentes do serviço da dívida remunerada por parte da entidade gestora do sistema regional de saúde, permitiu suster a erosão dos seus fundos próprios originada pela acumulação de sucessivos prejuízos registados nos exercícios anteriores, fazendo com que estes hospitais em 2015 conseguissem atingir resultados líquidos positivos (38 mil euros face aos prejuízos de 2,2 milhões registados em 2014) (páginas 139 e 140 do Relatório e Parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2015).

Os Hospitais da Região Autónoma dos Açores mantêm-se em situação de falência técnica, com fundos próprios agregados negativos de 262 milhões de euros. O ativo não corrente da Saúdaçor atinge 544 milhões de euros, correspondendo a créditos reconhecidos sobre a Região. A dívida total do setor da saúde em 2015 era de 862,1 milhões de euros.

CAPÍTULO IV
PARECER

Apreciados os documentos e considerado o Parecer da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, a Subcomissão de Assuntos Sociais é de parecer que a Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano económico de 2015 cumpre os requisitos legais de enquadramento e que, nas áreas da sua



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

competência, está em condições de ser apresentada ao Plenário da Assembleia, tendo emitido, por maioria, dar parecer favorável à sua aprovação pelo Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com os votos favoráveis do PS e com a abstenção com reserva para plenário por parte do PSD, CDS-PP e PPM.

A Representação Parlamentar do PCP e do BE, embora sem direito a voto na Comissão Permanente de Assuntos Sociais, foram consultados e não se pronunciaram.

Ponta Delgada, 04 de janeiro de 2017.

O Relator

(João Paulo Ávila)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente

(Renata Correia Botelho)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS
AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO

SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL

2015

PONTA DELGADA
JULHO DE 2017

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	2274 Proc. n.º 16.18
Data: 01/07/105	N.º 9/11

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ALRAA
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

ABREVIATURAS	SIGNIFICADO
ATLINE	Atlantiline, S.A.
AZORINA	Sociedade Gestão Ambiental e Conservação
EDA	Electricidade dos Açores S.A.
EEG	Empresa de Electricidade e Gaz, Lda.
ESPES	Espada Pescas, S.A.
GEOTER	Sociedade Geoeléctrica da Terceira, S.A.
HDESPDL	Hospital do Divino Espírito Santo Ponta
HH	Hospital da Horta, EPE
HSEAH	Hospital do Santo Espírito Angra do Heroísmo
IROA	Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A.
IVALOR	Ilhas de Valor S.A.
NC	Naval Canal- Estaleiros de Construção e Reparação Naval
NORMA	Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvol. Reg., S.A
ORAA	Orçamento da Região Autónoma dos Açores
PA	Portos dos Açores, S.A.
PIB	Produto Interno Bruto
PIBpm	Produto Interno Bruto a preços de mercado
PJA	Pousadas de Juventude dos Açores S.A.
PJCSC	Pousada de Juventude da Caldeira do Santo Cristo
RAA	Região Autónoma dos Açores
SAUD	SAUDAÇOR, S. A.
SEGMA	Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.
SFA	Serviços e Fundos Autónomos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ALRAA
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

SOGEO	Sociedade Geotérmica dos Açores, S.A.
SPER	Setor Público Empresarial Regional
SPRA	Sociedade de Gestão e Promoção Ambiental
SPRHI	Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas
SRATC	Sessão Região Açores Tribunal de Contas
SRS	Sistema Regional de Saúde
STACAT	Santa Catarina S.A.
TM	Teatro Micaelense S.A..
SDEA	Sociedade de Desenvolvimento Empresarial dos Açores

CONCEITOS	FÓRMULAS
Autonomia Financeira	Capital Próprio/Total do Ativo
EBITDA	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos
Margem do EBITDA	EBITDA/Vendas e Prestações de Serviços
Produtividade	VABcf/N.º Médio de Trabalhadores ¹
Solvabilidade	Capital Próprio/Total do Passivo
VABcf	Valor Acrescentado Bruto a custo dos fatores
VABpm	Valor Acrescentado Bruto a Preços de Mercado
Volume de Negócios	Vendas + Prestações de Serviços

¹ Resulta do cálculo de uma média dos doze meses do ano de 2015

TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 4 de julho de 2017, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, em São Miguel, e por videoconferência, a fim de analisar e dar parecer ao Relatório do Setor Público Empresarial Regional relativo ao ano de 2015.

1. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Compete à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos do n.º 1 do artigo n.º 232.º e da alínea p) do n.º 1 do artigo n.º 227.º da Constituição da República Portuguesa, bem como da alínea b) do n.º 1 do artigo 42.º do Estatuto Político – Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovar as Contas da Região Autónoma dos Açores.

A apresentação do presente Relatório decorre do previsto no artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2011/A, de 28 de outubro, que estabelece o regime de informação e apresentação de contas pelo Setor Público Empresarial Regional (SPER) à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA).

2. CAPÍTULO - UNIVERSO DAS PARTICIPAÇÕES DA RAA

2.1. Evolução dos Direitos de Participação da RAA

Este documento foi elaborado com base nos Relatórios e Contas das empresas do Setor Público Empresarial Regional (SPER) referentes ao ano 2015, em particular na informação constante da Conta da RAA de 2015 e no Relatório e Parecer do Tribunal de Contas².

Para uma análise mais detalhada sobre esta matéria, deverão ser consultados os respetivos relatórios e contas, individuais e consolidados (SATA, EDA, Portos dos Açores e Lotaçor), das empresas do SPER e demais Entidades Controladas pela RAA.

O SPER da RAA é composto por participações financeiras, diretas e indiretas, em várias sociedades comerciais e entidades públicas empresariais. Além disso, a RAA detém participações em instituições sem fins lucrativos.

Durante o ano de 2015 há a destacar a operação de fusão por incorporação da Transmaçor – Transportes Marítimos Açorianos, Lda. na Atlânticoline, S.A..

No final de 2015, as participações financeiras da RAA estavam avaliadas em 286,1 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de 4 milhões de euros face ao ano anterior.

Tabela 1 – Evolução das Participações Financeiras da RAA (em euros)

Sector de Atividade	2014		2015		Peso	Var. (2015/2014)	
	Nº	Valor	Nº	Valor	%	Valor	%
Agricultura, pescas e ambiente	8	8 950 589	8	8 768 689	3,1%	-181 900	-2,0%
Energia	4	35 070 000	4	35 070 000	12,3%	0	0,0%
Habitação e Obras Públicas	1	8 237 400	1	13 139 600	4,6%	4 902 200	59,5%
Portos e Transportes Marítimos	4	40 998 700	3	40 238 700	14,1%	-760 000	-1,9%
Saúde	4	148 109 037	4	148 109 037	51,8%	0	0,0%
Transportes Aéreos	6	18 000 000	6	18 000 000	6,3%	0	0,0%
Cultura	1	12 220 880	1	12 220 880	4,3%	0	0,0%
Turismo	2	738 255	2	738 255	0,3%	0	0,0%
Serviços Diversos	4	9 050 000	4	9 050 000	3,2%	0	0,0%
Instituições s/fins lucrativos	8	732 078	8	732 033	0,3%	-45	0,0%
Total	42	282 106 939	41	286 067 194	100%	3 960 255	1,4%

Fonte: Adaptado do Relatório e Parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta da RAA de 2015

² Os conceitos utilizados pelo Governo Regional na elaboração das contas do SPER poderão provocar diferenças ao nível da Dívida e do EBITDA, face à metodologia adotada pelo Tribunal de Contas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ALRAA
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

De referir ainda que o setor da Saúde é que tem maior peso dentro das participações financeiras da RAA, com 148,1 milhões de euros (51,8%), seguido pelos Portos e Transportes Marítimos, com 40,2 milhões de euros (14,1%) e pela Energia com 35,1 milhões de euros (12,3%), o que perfaz, no conjunto dos três setores, cerca de 233,4 milhões de euros (78% do total).

Tabela 2 – Evolução das Participações Financeiras nas Entidades Públicas Re classificadas

(valores em euros)

Sector de Atividade	2014		2015		Peso	Var.
	Nº	Valor	Nº	Valor	%	Valor
Agricultura, pescas e ambiente	1	50 000	3	165 689	0,1%	115 689
Energia	0	0	0	0	0,0%	0
Habitação e Obras Públicas	0	0	1	13 139 600	6,9%	13 139 600
Portos e Transportes Marítimos	1	7 145 400	1	7 145 400	3,7%	0
Saúde	1	50 000	4	148 109 037	77,7%	148 059 037
Transportes Aéreos	0	0	0	0	0,0%	0
Cultura	1	12 220 880	1	12 220 880	6,4%	0
Turismo	0	0	1	700 005	0,4%	700 005
Serviços Diversos	2	9 050 000	2	9 050 000	4,7%	0
Instituições s/fins lucrativos	1	45 000	1	45 000	0,0%	0
Total	7	28 561 280	14	190 575 611	100%	162 014 331

Fonte: Adaptado do Relatório e Parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta da RAA de 2015

Em 2015, foram integradas no setor institucional das Administrações Públicas, como Entidades Públicas Re classificadas, as seguintes entidades: Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo, Lda; GSU Açores, Lda.; SPRHI, S.A.; Hospital do Divino Espírito Santo de PDL, EPER; Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER; e Hospital da Horta, EPER).

A variação positiva registada nas participações financeiras das EPR, em 2015, resulta de integração das entidades suprarreferidas, sendo de destacar, novamente, o setor da Saúde com um valor superior a 148 milhões de euros, representando cerca de 78% do total.

2.2. Participações Sociais da RAA

A Região Autónoma dos Açores – RAA, com referencia a 31 de dezembro de 2015, participa, direta ou indiretamente, em 40 empresas.

Detém a totalidade do capital em 22 empresas, a maioria em 29 empresas e tem participação minoritárias em 11 empresas, sendo que em 2 destas, a participação detida é inferior a 10%, o que, em termos do DLR nº 7/2008/A, coloca-as fora do perímetro do SPER.

As percentagens de participação estão indicadas a seguir:

Tabela 3 – Participações da RAA em Empresas - 2015

Participações da RAA	Participação Direta	Participação Indireta	Total de Participação
Identificação da Empresa	a) RAA	b) SPER	a) + b)
1. Saudaçor	100,00%	-	100,00%
2. HDES – Hosp. Divino Espirito Santo de PDL, E.P.E.	100,00%	-	100,00%
3. HSE – Hosp. Santo Espirito Angra Heroísmo, E.P.E.	100,00%	-	100,00%
4. HH – Hospital da Horta, E.P.E.	100,00%	-	100,00%
5. Sata Air Açores, S.A.	-	100,00%	100,00%
6. Sata Internacional, S.A.	-	100,00%	100,00%
7. Sata – Gestão de Aeródromos, S.A.	-	100,00%	100,00%
8. Sata Express Inc. CAN	-	100,00%	100,00%
9. Azores Express Inc. USA	-	100,00%	100,00%
10. Verdgolf, S.A.	-	0,75%	0,75%
11.Sata SGPS, S.A.	100,00%	-	100,00%
12.Naval Canal Estaleiros de Const. E Rep. Naval, S.A.	-	100,00%	100,00%
13.Atlânticoline, S.A.	16,03%	83,97%	100,00%
14.OPERPDL – Soc. Operações Portuárias PDL, Lda.	-	20,00%	20,00%
15.OPERTERCEIRA – S. Op. P. Praia da Vitória, Lda.	-	20,00%	20,00%
16.OPERTRI – Soc. Operações Portuárias, Lda.	-	20,00%	20,00%
17.Portos dos Açores, S.A.	100,00%	-	100,00%
18.Lotaçor – Serviço de Lotas, S.A.	100,00%	-	100,00%
19.Espada Pescas, Unipessoal Lda.	-	100,00%	100,00%
20.Santa Catarina – Industria Conserveira Lda.	-	100,00%	100,00%
21.Companha – Sociedade Pesqueira Lda.	-	94,00%	94,00%
22.Ilhas de Valor, S.A.	99,44%	0,56%	100,00%
23.Sinaga – Soc. Industrias Agrícolas Açoreanas, S.A.	-	100,00%	100,00%
24.Pousada Juventude da Caldeira de Stº Cristo, Lda	-	60,87%	60,87%
25.EDA – Eletricidade dos Açores, S.A.	50,10%	-	50,10%

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ALRAA
COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

Participações da RAA	Participação Direta	Participação Indireta	Total de Participação
Identificação da Entidade	a) RAA	b) SPER	a) + b)
26.Globaleda – Telec. E Sistemas de Informação, S.A.	-	37,52%	37,52%
27.EDA Renováveis	-	50,10%	50,10%
28.SEGMA, Lda.	-	50,10%	50,10%
29.Norma-Açores, S.A.	-	31,38%	31,38%
30.Oniaçores, S.A.	-	20,04%	20,04%
31.Controlauto – Açores, Lda.	-	18,83%	18,83%
32.ZON Açores, S.A.	-	3,10%	3,10%
33.SPRHI, S.A.	100,00%	-	100,00%
34.Azorina, S.A.	100,00%	-	100,00%
35.Teatro Micaelense, S.A.	99,81%	-	99,81%
36.Pousadas da Juventude dos Açores, S.A.	51,00%	-	51,00%
37.IROA, S.A.	100,00%	-	100,00%
38.SDEA, E.P.E.R.	100,00%	-	100,00%
39.GSU Açores, Soc. Unipessoal Lda.	-	31,38%	31,38%
40.Fábrica de Cervejas e Ref. Melo Abreu, Lda.	-	15,00%	15,00%

As empresas que compõem o SPER têm um papel importante e impulsionador na economia Regional e abrangem setores estratégicos e primordiais para o desenvolvimento económico e social da RAA, designadamente:

- **Energia:** empresas do grupo EDA;
- **Transportes:** empresas do Grupo SATA, Atlânticoline, S.A. e Portos dos Açores;
- **Saúde:** Saudaço e Hospitais;
- **Pescas:** Lotaço, Stª Catarina, Espada Pescas e Companhia;
- **Turismo:** Ilhas de Valor; Pousadas de Juventude dos Açores e da Pousada da Caldeira do Santo Cristo;
- **Ambiente:** Azorina;
- **Competitividade Empresarial:** SDEA.

Relativamente a entidades não societárias (Associações, Institutos, Fundações, Observatórios e Escolas), a Região participa em nove entidades (cinco associações, uma escola, um instituto, um observatório e uma fundação) das quais sete de forma direta e duas de forma indireta.

Tabela 4 – Participações da RAA em Entidades Não Societárias 2015

Participações da RAA	Participação Direta	Participação Indireta	Total de Participação
Identificação da Entidade	RAA	SPER	RAA
1. Associação Turismo Açores (ATA)	18,29%	14,71%	33,00%
2. ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores	22,00%	45,91%	67,91%
3. INOVA – Inst. Inovação Tecnológica dos Açores	65,59%		65,59%
4. Observatório do Turismo dos Açores	55,56%	4,06%	59,62%
5. Associação Portas do Mar	28,57%	32,55%	61,12%
6. AAFTH – Assoc. Açoriana Form. Turística e Hoteleira	50,00%	25,00%	75,00%
7. FEJC – Fundação Eng. José Cordeiro		29,85%	29,85%
8. AGESPI – Ass. Gestão Parque Industrial Ilha Terceira		25,00%	25,00%
9. Ass. NONAGON – P. Ciência e Tecnologia de S. Miguel	70,00%		70,00%

2.3. Entidades Públicas Reclassificadas:

Na elaboração da Conta da RAA de 2015 foi adotado o critério previsto no SEC 2010 (Sistema Europeu de Contas), pelo que foram incluídas no Setor das Administrações Públicas as seguintes entidades públicas regionais reclassificadas:

1. Saudaçor – Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos de Saúde dos Açores, S.A.
2. HDES – Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.
3. HSE – Hospital do Santo Espírito de Angra do Heroísmo, E.P.E.
4. HH – Hospital da Horta, E.P.E.
5. Atlânticoline, S.A.
6. Ilhas de Valor, S.A.
7. Pousada da Juventude da Caldeira de Stº Cristo, Lda
8. GSU Açores, Gestãp de Sistemas Urbanos dos Açores, Soc. Unipessoal Lda.
9. SPRHI – Soc. Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas, S.A.
10. Teatro Micaelense, S.A.
11. IROA, S.A.
12. SDEA – Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, E.P.E.R.
13. ATA - Associação de Turismo dos Açores
14. Azorina – Soc. De Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S.A.

2.4. Entidades Controladas pela RAA

Por sua vez, o Tribunal de Contas na análise realizada à Conta da RAA de 2015 adotou o critério das “Entidades Controladas pela RAA”, abrangendo assim mais entidades.

Tabela 5 – Entidades Controladas e SPER por Setores de Atividade

SETOR	EMPRESA
SAÚDE	SAUDAÇOR S.A.
	HDES PDL E.P.E.R.
	HSEIT E.P.E.R.
	HHORTA E.P.E.R.
HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	SPRHI S.A.
TRANSPORTES AÉREOS	GRUPO SATA – SGPS (Consolidado)
ENERGIA	GRUPO EDA S.A. (Consolidado)
PORTOS E TRANSPORTES MARÍTIMOS	GRUPO PORTOS AÇORES S.A. (Consolidado)
AGRICULTURA	IROA S.A.
	SINAGA S.A.
AMBIENTE	AZORINA S.A.
	GSU AÇORES LDA.
PESCAS	GRUPO LOTAÇOR S.A. (Consolidado)
CULTURA	TEATRO MICAELENSE S.A.
TURISMO	PJA S.A.
	PJCSC LDA.
DIVERSOS / APOIO EMPRESARIAL	SDEA, E.P.E.R.
	ILHAS DE VALOR S.A.

3. CAPÍTULO – SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

3.1. Análise Setorial do SPER / Entidades Controladas pela RAA - 2015

Para análise mais detalhada e rigorosa procedeu-se à decomposição do SPER e Entidades Controladas pela RAA, por setores de atividade e por grupos empresariais.

a) Saúde

No setor da Saúde foram incluídos os três Hospitais da Região (Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.R.; Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, E.P.E.R; Hospital da Horta, E.P.E.R) e a Saudaçor – Sociedade Gestora de Recursos Humanos e Equipamentos da Saúde dos Açores, S.A..

Tabela 6 – Saúde – Indicadores Financeiros 2015

(valores em milhares de euros)

Entidade	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Autonomia Financeira	Divida Total
SAUDAÇOR S.A.	565 579	551 835	13 744	0,02	542 513
HDES PDL E.P.E.R.	155 895	297 365	-141 470	-0,91	182 176
HSEIT E.P.E.R.	51 567	134 386	-82 820	-1,61	94 235
HHORTA E.P.E.R.	52 976	90 682	-37 705	-0,71	43 127
	826 017	1 074 268	-248 251	-0,30	862 051

No final de 2015, registava-se uma ligeira melhoria dos Capitais Próprios face ao ano anterior, sendo que a Saudaçor apresentava uma autonomia financeira positiva, enquanto os três hospitais apresentavam Capitais Próprios negativos.

Relativamente à divida total (inclui divida financeira e divida não financeira) a Saudaçor concentava cerca de 63% da divida total do setor da saúde.

Tabela 7 – Saúde – Resultados Financeiros de 2015

(valores em milhares de euros)

Entidade	EBITDA 2015	EBITDA 2014	Var. EBITDA	Gastos Pessoal 2015	Gastos Financeiros 2015	RLE 2015	RLE 2014	Var. RLE
SAUDAÇOR	39 130	40 594	-1 464	1 260	36 332	2 352	2 665	-313
HDES PDL	3 389	1 943	1 446	47 301	381	14	-519	533
HSEIT	1 529	61	1 468	31 432	96	6	-1 431	1 438
HHORTA	2 138	1 061	1 077	15 605	107	18	-76	94
	46 186	43 659	2 527	95 598	36 916	2 390	638	1 752

É de realçar o aumento significativo do EBITDA do setor da saúde em 2015, em mais de 2,5 milhões de euros, face ao ano de 2014.

Por sua vez, verificamos que o HDES representa cerca de 50% da massa salarial do setor da saúde, enquanto a Sudaçor concentra quase na totalidade os encargos financeiros do setor.

Em termos de resultados líquidos, o setor gerou um resultado positivo em 2015, no valor de 2,4 milhões de euros, muito superior ao de 2014, com destaque para a recuperação financeira dos hospitais.

b) Habitação e Obras Públicas

Neste setor foi incluída a SPRHI - Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infra-Estruturas, S.A..

Tabela 8 – Habitação e Obras Públicas – Indicadores Financeiros 2015

(valores em milhares de euros)

Entidade	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Autonomia Financeira	Divida Total
SPRHI S.A.	179 174	174 285	4 889	0,03	173 751

De registar a diminuição do Ativo e dos Capitais Próprios, o que levou a uma redução da autonomia financeira, no final de 2015. A divida total ascende a 173 milhões de euros.

Tabela 9 – Habitação e Obras Públicas – Resultados Financeiros de 2015

(valores em milhares de euros)

Entidade	EBITDA 2015	EBITDA 2014	Var. EBITDA	Gastos Pessoal 2015	Gastos Financeiros 2015	RLE 2015	RLE 2014	Var. RLE
SPRHI S.A.	5 077	5 475	-398	619	4 133	4	39	-35

A destacar a redução ligeira do EBITDA e do Resultado Líquido de 2015, ainda que se mantenham em valores positivos, bem como o impacto negativo dos encargos financeiros nos resultados.

c) Transportes Aéreos

No setor dos transportes aéreos foram incluídas as empresas do Grupo SATA (SATA Internacional – Azores Airlines, S.A.; SATA Gestão de Aeródromos, S.A.; SATA Express Inc. CAN; Azores Express Inc. USA).

Tabela 10 – Transportes Aéreos – Indicadores Financeiros 2015

(valores em milhares de euros)

Entidade	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Autonomia Financeira	Divida Total
GRUPO SATA Consolidado	169 136	247 601	-78 465	-0,46	211 022

O Grupo SATA, em termos consolidados, acentuou os Capitais Próprios negativos em 2015, devido ao resultado liquido negativo e à redução do Ativo e aumento do Passivo.

Tabela 11 – Transportes Aéreos – Resultados Financeiros de 2015

(valores em milhares de euros)

Entidade	EBITDA 2015	EBITDA 2014	Var. EBITDA	Gastos Pessoal 2015	Gastos Financeiros 2015	RLE 2015	RLE 2014	Var. RLE
GRUPO SATA	-8 829	-21 442	12 613	58 452	8 929	-22 175	-34 784	12 609

Os gastos com o pessoal atingiram os 58,5 milhões de euros em 2015 (conjunto de 1282 trabalhadores), o que representou uma redução de 1,3 milhões de euros face a 2014.

Por sua vez, os encargos financeiros foram de 8,9 milhões de euros, representando cerca de 6% do volume de negócios do Grupo.

d) Energia

Foram incluídas neste setor as empresas pertencentes ao Grupo EDA, detido maioritariamente pela RAA (Globaleda, S.A.; SEGMA, Lda.; EDA Renováveis, S.A.; Norma-Açores, S.A. e Controlauto, Lda.).

Tabela 12 – Energia – Indicadores Financeiros 2015

(valores em milhares de euros)

Entidade	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Autonomia Financeira	Divida Total
GRUPO EDA Consolidado	516 960	324 517	192 443	0,37	284 055

Em termos consolidados, o grupo teve um Capital Próprio positivo de 192 milhões de euros, em 2015, mais de 6 milhões de euros face ao ano anterior, evidenciado assim uma sólida estrutura de capitais e representando assim um dos ativos financeiros mais importantes da RAA.

A dívida total do grupo EDA, em 2015, era de 284 milhões de euros, o que representa uma redução de 20 milhões de euros (-6.5%), face a 2014

Tabela 13 – Energia – Resultados Financeiros de 2015

(valores em milhares de euros)

Entidade	EBITDA 2015	EBITDA 2014	Var. EBITDA	Gastos Pessoal 2015	Gastos Financeiros 2015	RLE 2015	RLE 2014	Var. RLE
GRUPO EDA	55 428	53 201	2 227	32 213	5 373	13 340	12 296	1 044

Em 2015, o grupo EDA voltou a registar um desempenho económico muito positivo, devido ao aumento do EBITDA (+ 2,2 milhões de euros), o que permitiu apresentar um Resultado Líquido superior a 13,3 milhões de euros, ou seja, mais 1 milhão de euros face a 2014.

e) Portos e Transportes Marítimos

Foram incluídas neste setor as empresas Portos dos Açores, S.A. (detém a Naval Canal, Lda. e a Atlânticoline, S.A.).

Tabela 14 – Portos e Transportes Marítimos – Indicadores Financeiros 2015

(valores em milhares de euros)

Entidade	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Autonomia Financeira	Divida Total
GRUPO PORTOS AÇORES S.A.	319 218	113 617	205 601	0,64	69 826

A registar em 2015, a redução dos Capitais Próprios do grupo Portos dos Açores, em cerca de 15 milhões de euros, fruto da redução do Ativo e aumento do Passivo, ainda que apresente uma autonomia financeira muito significativa e sólida.

A dívida total do grupo ascendia a 69,8 milhões de euros, dos quais 60,2 milhões de euros eram dívida financeira.

Tabela 15 – Portos e Transportes Marítimos – Resultados Financeiros de 2015

(valores em milhares de euros)

Entidade	EBITDA 2015	EBITDA 2014	Var. EBITDA	Gastos Pessoal 2015	Gastos Financeiros 2015	RLE 2015	RLE 2014	Var. RLE
GRUPO PORTOS AÇORES	7 912	8 044	-132	13 886	2 768	-4 103	-4 069	-33

Em termos financeiros, há a realçar a redução do EBITDA, ainda que o resultado líquido consolidado, em 2015, tenha sido negativo em 4,1 milhões de euros.

f) Agricultura

A SINAGA e IROA são as duas empresas do SPER na área agrícola. A primeira desenvolve a sua atividade principalmente na área da cultura da beterraba na ilha de São Miguel e comercializa o álcool. O IROA, por sua vez, trata da gestão e melhoramentos na rede de caminhos agrícolas, fornecimento de água e energia elétrica às explorações agrícolas.

Tabela 16 – Agricultura – Indicadores Financeiros 2015

(valores em milhares de euros)

Entidade	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Autonomia Financeira	Dívida Total
IROA S.A.	30 014	11 122	18 892	0,63	6 969
SINAGA S.A.	27 548	26 486	1 061	0,04	25 458
	57 562	37 608	19 954	0,35	32 427

No setor da agricultura registou-se, em 2015, uma redução do passivo em mais de 2,2 milhões de euros, bem como uma redução dos Capitais Próprios em cerca de 3 milhões de euros, ainda se mantenha, no global, uma autonomia financeira positiva e estável.

A SINAGA apresentava uma dívida total superior a 25 milhões de euros (ceca de 79% do setor), sendo 21,5 milhões de euros referentes a dívida financeira.

Tabela 17 – Agricultura – Resultados Financeiros de 2015

(valores em milhares de euros)

Entidade	EBITDA 2015	EBITDA 2014	Var. EBITDA	Gastos Pessoal 2015	Gastos Financeiros 2015	RLE 2015	RLE 2014	Var. RLE
IROA S.A.	2 955	3 038	-83	677	281	357	443	-87
SINAGA S.A.	-1 844	-604	-1 240	1 304	1 284	-3 430	-2 504	-926
	1 111	2 434	-1 323	1 980	1 565	-3 073	-2 061	-1 012

Em 2015 verificou-se uma redução do EBITDA do setor, em cerca de 1,3 milhões de euros, bem como um aumento dos prejuízos em 1 milhão de euros, o que reflete os desafios e dificuldades que o setor enfrentou.

g) Ambiente

Foram incluídas neste setor as empresas AZORINA, S.A. e GSU, Lda.

Tabela 18 – Ambiente – Indicadores Financeiros 2015

(valores em milhares de euros)

Entidade	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Autonomia Financeira	Divida Total
AZORINA S.A.	23 163	9 819	13 344	0,58	7 046
GSU AÇORES LDA.	63	0	63	1,00	0
	23 226	9 819	13 407	0,58	7 046

A Azorina apresenta em 2015 um Capital Próprio positivo superior a 13,3 milhões de euros e uma dívida total no valor de 7 milhões de euros.

Tabela 19 – Ambiente – Resultados Financeiros de 2015

(valores em milhares de euros)

Entidade	EBITDA 2015	EBITDA 2014	Var. EBITDA	Gastos Pessoal 2015	Gastos Financeiros 2015	RLE 2015	RLE 2014	Var. RLE
AZORINA S.A.	1 596	771	825	2 172	67	120	-668	787
GSU AÇORES LDA.	0	0	0	0	0	0	0	0
	2 707	766	825	2 172	67	120	-667	787

Em 2015, o EBITDA da AZORINA mais que duplicou, para 1,6 milhões de euros, o que permitiu passar para resultados líquidos positivos, com uma melhoria assinalável, face a 2014.

h) Pescas

Foram incluídas neste setor as empresas Lotaçor, S.A. (que detém a Santa Catarina, S.A.; a Espada Pescas, Lda. e a Companhia, Lda.).

Tabela 20 – Pescas – Indicadores Financeiros 2015

(valores em milhares de euros)

Entidade	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Autonomia Financeira	Divida Total
GRUPO LOTAÇOR Consolidado	39 767	51 646	-11 879	-0,30	46 609

Em termos consolidados, o ano de 2015 fica marcado por um aumento do Passivo em cerca de 4,6 milhões de euros e pelo aumento dos Capitais Próprios negativos para 11,8 milhões de euros, o que coloca o grupo com uma autonomia financeira negativa.

A divida total consolidada ascendia, em 31/12/2015, a 46,6 milhões de euros.

Tabela 21 – Pescas – Resultados Financeiros de 2015

(valores em milhares de euros)

Entidade	EBITDA 2015	EBITDA 2014	Var. EBITDA	Gastos Pessoal 2015	Gastos Financeiros 2015	RLE 2015	RLE 2014	Var. RLE
GRUPO LOTAÇOR	871	2 196	-1 325	5 344	1 820	-3 885	-3 716	-169

Em 2015 manteve-se os prejuízos verificados no setor, atingindo um resultado negativo de 3,9 milhões de euros, agravando a situação financeira do Grupo Lotaçor.

i) Cultura

Foi incluída neste setor o Teatro Micaelense, S.A.

Tabela 22 – Cultura – Indicadores Financeiros 2015

(valores em milhares de euros)

Entidade	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Autonomia Financeira	Divida Total
TEATRO MICAELENSE S.A.	9 902	938	8 964	0,91	856

O Teatro Micaelense apresentou, no final de 2015, uma excelente autonomia financeira, uma vez que a divida e o Passivo são materialmente irrelevantes face ao valor do Ativo. Apresenta um Capital Próprio próximo dos 9 milhões de euros.

Tabela 23 – Cultura – Resultados Financeiros de 2015

(valores em milhares de euros)

Entidade	EBITDA 2015	EBITDA 2014	Var. EBITDA	Gastos Pessoal 2015	Gastos Financeiros 2015	RLE 2015	RLE 2014	Var. RLE
TEATRO MICAELENSE SA	70	109	-39	450	13	-230	-189	-41

Ao nível do desempenho financeiro, há a registar a redução do EBITDA, o que provocou um aumento do prejuízo em 2015.

j) Turismo

Foram incluídas neste setor de atividade as empresas PJA – Pousadas de Juventude dos Açores, S.A. e PJCSA – Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda..

Tabela 24 – Turismo – Indicadores Financeiros 2015

(valores em milhares de euros)

Entidade	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Autonomia Financeira	Divida Total
PJA S.A.	1 025	944	81	0,08	731
PJCSA LDA.	2 177	959	1 218	0,56	46
	3 203	1 903	1 300	0,41	777

Ambas as empresas apresentam Capitais Próprios positivos, ainda que no caso da PJA a autonomia financeira seja reduzida, devido ao valor da dívida e do passivo.

Tabela 25 – Turismo – Resultados Financeiros de 2015

(valores em milhares de euros)

Entidade	EBITDA 2015	EBITDA 2014	Var. EBITDA	Gastos Pessoal 2015	Gastos Financeiros 2015	RLE 2015	RLE 2014	Var. RLE
PJA S.A.	86	-58	144	544	2	46	-65	111
PJCSA LDA.	50	39	10	0	10	-17	-61	44
	205	-19	154	544	12	29	-126	155

A empresa PJA registou em 2015 um aumento substancial do EBITDA (+ 144 mil euros) e do Resultado Líquido (+ 111 mil euros), como reflexo do forte crescimento do número de dormidas nos seus estabelecimentos, em cerca de 29%.

k) Diversos / Apoio Empresarial

Foram incluídas neste setor, de diversos e apoio empresarial, as empresas SDEA - Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, EPER e Ilhas de Valor, S.A. (promoção de projetos ligados ao turismo, gestão de linhas de crédito e outros instrumentos financeiros).

Tabela 26 – Diversos / Apoio Empresarial – Indicadores Financeiros 2015

(valores em milhares de euros)

Entidade	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Autonomia Financeira	Divida Total
SDEA, E.P.E.R.	596	508	88	0,15	363
ILHAS DE VALOR S.A.	50 876	28 760	22 115	0,43	28 280
	51 472	29 268	22 203	0,43	28 643

De destacar o valor positivo dos Capitais Próprios, superior a 22 milhões de euros, e da autonomia financeira da empresa Ilhas de Valor S.A.. A dívida deste setor ascendia, em 2015, a 28,6 milhões de euros.

Tabela 27 – Diversos / Apoio Empresarial – Resultados Financeiros de 2015

(valores em milhares de euros)

Entidade	EBITDA 2015	EBITDA 2014	Var. EBITDA	Gastos Pessoal 2015	Gastos Financeiros 2015	RLE 2015	RLE 2014	Var. RLE
SDEA, E.P.E.R.	79	85	-6	1 069	28	4	1	3
ILHAS DE VALOR SA	2 712	2 207	505	1 178	412	1 351	277	1 075
	2 996	2 292	499	2 247	440	1 355	278	1 078

Ambas as empresas apresentaram em 2015 valores de EBITDA positivos e no seu conjunto geraram um resultado líquido positivo superior a 1,3 milhões de euros, o que evidencia uma recuperação significativa da empresa Ilhas de Valor, face a 2014.

l) Entidades Sem Fins Lucrativos (ESFL)

Foram incluídas neste setor as entidades sem fins lucrativos controladas pela RAA (ATA – Associação Turismo dos Açores; Associação Portas do Mar; OTA – Observatório de Turismo dos Açores; ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores; Fundação Engenheiro José Cordeiro; Associação Açoriana De Formação Turística E Hoteleira; INOVA – Instituto de Inovação Tecnológica Dos Açores; NONAGON - Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel).

Tabela 28 – Entidades Sem Fins Lucrativos – Indicadores Financeiros 2015

(valores em milhares de euros)

Entidade	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Autonomia Financeira	Divida Total
ATA	17 075	16 805	270	0,02	13 788
Ass. Portas Mar	231	509	-279	-1,21	192
Obs. Turismo Açores	50	52	-2	-0,04	6
ENTA	2 389	2 311	78	0,03	2 262
Fund E. Jose Cordeiro	25	9	15	0,60	9
AAFTH	3 075	2 889	185	0,06	2 599
INOVA	4 549	1 383	3 166	0,70	1 272
NONAGON	174	82	92	0,53	49
TOTAL ESFL	27 568	24 040	3 525	0,13	20 177

Em síntese, no final de 2015 as ESFL controladas pela RAA apresentavam, no seu conjunto, Capitais Próprios positivos, no valor agregado de 3,5 milhões de euros. A divida total atingiu, em 2015, os 20,1 milhões de euros, dos quais mais de 68% são da ATA.

Tabela 29 – ESFL – Resultados Financeiros de 2015

(valores em milhares de euros)

Entidade	EBITDA 2015	EBITDA 2014	Var. EBITDA	Gastos Pessoal 2015	Gastos Financeiros 2015	RLE 2015	RLE 2014	Var. RLE
ATA	636	540	96	750	622	1	7	-6
Ass. Portas Mar	49	-99	148	127	12	24	-130	154
Obs. Turismo Açores	2	2	0	103	0	1	2	-1
ENTA	19	27	-8	262	1	1	1	0
Fund. Eng Jose Cordeiro	-2	13	-15	0	0	-2	13	0
AAFTH	92	169	-77	659	18	-45	-39	-6
INOVA	182	187	-5	726	30	-67	10	-77
NONAGON	54	-40	94	71	0	50	-41	91
TOTAL ESFL	1 032	799	233	2 698	683	-37	-177	155

No que diz respeito ao desempenho financeiro em 2015, as ESFL controladas pela RAA apresentaram, no seu conjunto, uma variação positiva do EBITDA (+233 mil euros), para um EBITDA agregado de 1 milhão de euros, o que permitiu atenuar os prejuízos registados, comparativamente ao ano anterior.

3.2. Apreciação Global

No quadro abaixo apresentam-se os indicadores e resultados financeiros agregados referentes às entidades que compõem o SPER e as Entidades Controladas pela RAA no ano de 2015.

Tabela 30 – SPER 2015 – Indicadores Financeiros Agregados 2015

(valores em milhares de euros)

Entidade	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Autonomia Financeira	Divida Total
SAUDAÇOR S.A.	565 579	551 835	13 744	0,02	542 513
HDES PDL E.P.E.R.	155 895	297 365	-141 470	-0,91	182 176
HSEIT E.P.E.R.	51 567	134 386	-82 820	-1,61	94 235
HHORTA E.P.E.R.	52 976	90 682	-37 705	-0,71	43 127
SPRHI S.A.	179 174	174 285	4 889	0,03	173 751
GRUPO SATA Consolidado	169 136	247 601	-78 465	-0,46	211 022
GRUPO EDA Consolidado	516 960	324 517	192 443	0,37	284 055
GRUPO PORTOS AÇORES	319 218	113 617	205 601	0,64	69 826
IROA S.A.	30 014	11 122	18 892	0,63	6 969
SINAGA S.A.	27 548	26 486	1 061	0,04	25 458
AZORINA S.A.	23 163	9 819	13 344	0,58	7 046
GSU AÇORES LDA.	63	0	63	1,00	0
GRUPO LOTAÇOR Consolidado	39 767	51 646	-11 879	-0,30	46 609
TEATRO MICAELENSE S.A.	9 902	938	8 964	0,91	856
PJA S.A.	1 025	944	81	0,08	731
PJCSC LDA.	2 177	959	1 218	0,56	46
SDEA, E.P.E.R.	596	508	88	0,15	363
ILHAS DE VALOR SA	50 876	28 760	22 115	0,43	28 280
TOTAL SPER	2 195 636	2 065 470	130 166	0,06	1 717 063
ATA	17 075	16 805	270	0,02	13 788
Ass. Portas Mar	231	509	-279	-1,21	192
Obs. Turismo Açores	50	52	-2	-0,04	6
ENTA	2 389	2 311	78	0,03	2 262
F. Eng Jose Cordeiro	25	9	15	0,60	9
AAFTH	3 075	2 889	185	0,06	2 599
INOVA	4 549	1 383	3 166	0,70	1 272
NONAGON	174	82	92	0,53	49
TOTAL ESFL Controladas	27 568	24 040	3 525	0,13	20 177
TOTAL SPER + ESFL Controladas	2 223 204	2 089 510	133 691	0,06	1 737 240

Tabela 31 – SPER 2015 – Resultados Financeiros Agregados 2015

(valores em milhares de euros)

Entidade	EBITDA 2015	EBITDA 2014	Var. EBITDA	Gastos Financeiros 2015	RLE 2015	RLE 2014	Var. RLE
SAUDAÇOR S.A.	39 130	40 594	-1 464	36 332	2 352	2 665	-313
HDES PDL E.P.E.R.	3 389	1 943	1 446	381	14	-519	533
HSEIT E.P.E.R.	1 529	61	1 468	96	6	-1 431	1 438
HHORTA E.P.E.R.	2 138	1 061	1 077	107	18	-76	94
SPRHI S.A.	5 077	5 475	-398	4 133	4	39	-35
GRUPO SATA Consolidado	-8 829	-21 442	12 613	8 929	-22 175	-34 784	12 609
GRUPO EDA Consolidado	55 428	53 201	2 227	5 373	13 340	12 296	1 044
GRUPO PORTOS AÇORES	7 912	8 044	-132	2 768	-4 103	-4 069	-33
IROA S.A.	2 955	3 038	-83	281	357	443	-87
SINAGA S.A.	-1 844	-604	-1 240	1 284	-3 430	-2 504	-926
AZORINA S.A.	1 596	771	825	67	120	-668	787
GSU AÇORES LDA.	0	0	0	0	0	0	0
GRUPO LOTAÇOR Consolidado	871	2 196	-1 325	1 820	-3 885	-3 716	-169
TEATRO MICAELENSE S.A.	70	110	-40	13	-230	-189	-41
PJA S.A.	86	-58	144	2	46	-65	111
PJCSC LDA.	50	39	10	10	-17	-61	44
SDEA, E.P.E.R.	79	85	-6	28	4	1	3
ILHAS DE VALOR SA	2 712	2 207	505	412	1 351	277	1 075
TOTAL SPER	112 349	96 721	15 627	62 036	-16 227	-32 362	16 135
ATA	636	540	96	622	1	7	-6
Ass. Portas Mar	49	-99	148	12	24	-130	154
Obs. Turismo Açores	2	2	0	0	1	2	-1
ENTA	19	27	-8	1	1	1	0
F. Eng Jose Cordeiro	-2	13	-15	0	-2	13	-15
AAFTH	92	169	-77	18	-45	-39	-6
INOVA	182	187	-5	30	-67	10	-77
NONAGON	54	-40	94	0	50	-41	91
TOTAL ESFL	1 032	799	233	683	-37	-177	140
TOTAL SPER+ESFL	113 381	97 520	15 860	62 719	-16 264	-32 539	16 275

Resumo:

No final de 2015, a totalidade das empresas que compõem o SPER e as entidades controladas pela RAA, apresentavam, em termos agregados:

- Um Ativo superior ao Passivo em cerca de 134 milhões de euros, a que corresponde a uma autonomia financeira positiva;
- Um aumento do EBITDA em 16%, para um valor superior a 113 milhões de euros, em 2015, ou seja, mais 16 milhões, comparativamente ao ano de 2014;
- Redução significativa dos prejuízos registados (-50%), com Resultados Líquidos negativos de -16,3 milhões de euros, quando em 2014 foram -32,5 milhões de euros.
- Uma dívida total (financeira e não financeira) no valor de 1.737 milhões de euros, incluindo o Grupo EDA.
- Os Gastos Financeiros atingiram os 62,7 milhões de euros, em 2015, representando assim 55% do EBITDA gerado em 2015.

Tabela 32 – Trabalhadores do SPER / Entidades Controladas da RAA – 2015

(valores em milhares de euros)

Entidade	Gastos Pessoal 2015	Gastos Pessoal 2014	Var. Anual	Trabalhadores 2015	Rácio 2015
SAUDAÇOR S.A.	1 260	1 221	39	33	38
HDES PDL E.P.E.R.	47 301	47 680	-379	1 612	29
HSEIT E.P.E.R.	31 432	32 154	-723	1 051	30
HHORTA E.P.E.R.	15 605	14 020	1 584	483	32
SPRHI S.A.	619	547	72	21	29
GRUPO SATA Consolidado	58 452	59 743	-1 292	1 282	46
GRUPO EDA Consolidado	32 213	32 905	-692	968	33
GRUPO PORTOS AÇORES	13 886	12 261	1 625	325	43
IROA S.A.	677	775	-99	23	29
SINAGA S.A.	1 304	1 513	-210	79	17
AZORINA S.A.	2 172	2 041	131	115	19
GSU AÇORES LDA.	0	0	-	0	-
GRUPO LOTAÇOR Consolidado	5 344	4 815	529	326	16
TEATRO MICAELENSE S.A.	450	480	-29	17	26
PJA S.A.	544	655	-112	41	13
SDEA, E.P.E.R.	1 069	1 006	63	28	38
ILHAS DE VALOR SA	1 178	1 180	-1	6	196
TOTAL SPER	213 506	212 996	506	6 410	33
ATA	750	717	33	28	27
Ass. Portas Mar	127	165	-38	9	14
Obs. Turismo Açores	103	93	10	4	26
ENTA	262	258	4	12	22
F. Eng Jose Cordeiro	0	0	-	0	-
AAFTH	659	587	72	31	21
INOVA	726	700	26	35	21
NONAGON	71	6	65	3	24
TOTAL ESFL Controladas	2 698	2 526	172	122	22
TOTAL SPER+ESFL	216 204	215 522	678	6 532	33

Nota: Devido aos arredondamentos efetuados, poderão ocorrer algumas diferenças nos somatórios.

- Os Gastos com o Pessoal atingiram os 216,2 milhões de euros, praticamente em linha com o ano anterior.
- O SPER e Entidades Controladas pela RA, em 2015, tinham ao serviço 6.532 trabalhadores, representando um encargo médio por trabalhador de 33,1 mil euros.

4. PESO DO SPER NA ECONOMIA REGIONAL - 2015

As entidades que constituem o SPER da RAA tem um papel relevante na economia regional, quer pelos setores estratégicos onde se inserem, bem como pelo número de empregos produzidos e pelo valor acrescentado que geram.

Tabela 33 – PESO DO SPER NA ECONOMIA REGIONAL – 2015

(valores em milhares de euros)

VAB / PESO DO SPER	2015	2014
PIB Açores	3 785 118	3 706 261
População Empregada	105 992	103 518
VAB DO SPER TOTAL	235 486	216 444
VAB sem Setor da Saúde	134 831	121 864
VAB do Setor da Saúde	100 655	94 580
PESO DO SPER NO PIB	6,22%	5,84%
SPER sem Setor da Saúde	3,56%	3,29%
SPER do setor da Saúde	2,66%	2,55%
População Empregada no SPER - Total	6 410	6 472
População Empregada no SPER - Sem Saúde	3 231	3 359
População Empregada no SPER - Saúde	3 179	3 113
Peso no Emprego - SPER Total	6,19%	6,25%
Peso no Emprego - SPER - Sem Saúde	3,12%	3,24%
Peso no Emprego - SPER - Saúde	3,07%	3,01%

- ✓ O VAB total do SPER em 2015 foi de 235,5 milhões de euros, mais 19 milhões do que no ano anterior. O setor da Saúde representava cerca de 43% do VAB gerado em 2015.
- ✓ O peso do SPER no PIB aumentou para 6,2%, em 2015, quando em 2014 foi de 5,8%.
- ✓ O SPER representou, em 2015, cerca de 6,19% da população empregada na RAA.

5. VOTAÇÃO DO RELATÓRIO

O Relator

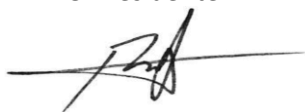


Carlos Silva

O presente relatório foi aprovado, por **unanimidade**.

Este documento será anexado ao Relatório e Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2015.

O Presidente



Miguel Costa